Vila do Conde – Estudos de enquadramento e caraterização

Património Arquitetónico, Arqueológico e Arqueológico Industrial

Índice:

1. Introdução: **5**

1.1. O Concelho de Vila do Conde – Análise Histórica-Arqueológica 6

(Carlos Alberto Brochado de Almeida)

1.2. Os Valores Patrimoniais existentes no Concelho de Vila do Conde 53

1.3. Os Valores Patrimoniais no Plano Diretor Municipal 53

1.4. Os Valores Patrimoniais Classificados 57

2. Objetivos e Metodologia: **61**

2.1. O Património Arquitetónico 61

2.2. O Património Arqueológico 62

2.3. O Património Arqueológico Industrial 63

3. Inventário: **67**

Património Arquitetónico

Património Arqueológico

Património Arqueológico Industrial

Nota:

Este Relatório foi redigido para impressão frente e verso.
A Versão digital em formato *pdf* consiste num documento navegável, com ligações externas representadas a negrito sublinhado e ligações dentro do documento representadas apenas a negrito. A partir do índice é possível navegar diretamente para os vários capítulos, e retornar ao índice clicando no título do respetivo Capítulo.
De igual forma os índices de cada uma das freguesias presentes no inventário do património têm ligações diretas para as fichas individuais dos elementos inventariados, e destas para o índice anterior, clicando no nome da freguesia aí presente.

Data da elaboração do Relatório:	dezembro de 2012	Ricardo Gonçalves
Última atualização:	fevereiro de 2026	Pedro Brochado Almeida

1.Introdução:

O presente relatório desenvolveu-se a partir do levantamento realizado no local e análise da cartografia, elementos de apoio foram consultadas fontes bibliográficas, processos arquivados na Câmara Municipal de Vila do Conde, estudos efetuados no âmbito da revisão do PDM em vigor (PDM 1995), com a devida atualização e reporta-se, exclusivamente, aos valores patrimoniais culturais identificados no Concelho de Vila do Conde considerados mais proeminentes da cultura e memória coletiva locais[1].

Considerado como herança e identidade do lugar e das populações, a salvaguarda e preservação do património revela-se um fator preponderante na definição das estratégias de Ordenamento e Planeamento dos territórios a contemplar na proposta do Plano Diretor Municipal e abordados no presente documento.

Patente na última publicação das **Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial**, revistas pelo Comité do Património Mundial da UNESCO, transcrita para português no ano de 2008[2] e vertidas da **Convenção do Património Mundial**[3], o Património Mundial surge então classificado como Património Cultural e Património Natural, descritos nos Artigos 1º e 2º respetivamente, os quais se passam a transcrever:

"**Artigo 1º**: *"Para fins da presente Convenção são considerados como património cultural:*

- *Os monumentos: obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;*
- *Os conjuntos: grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;*
- *Os sítios: obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os sítios arqueológicos, com um valor universal excecional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico."*

Artigo 2º: *"Para fins da presente Convenção serão considerados como património natural:*

- *Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excecional do ponto de vista estético ou científico;*
- *As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excecional do ponto de vista da ciência ou da conservação;*

[1] Ver artigo 1º das "Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial"

[2] Revista pelo CPM.em 11/01, com data de agosto de 2011

[3] Convenção realizada em 1972, na qual participaram os Estados-membros da UNESCO, tendo por objetivo a identificação, proteção, conservação e valorização do Património Mundial, nas vertentes cultural e natural.

- *Os sítios naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excecional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural*".

Semelhante definição surge para o Património Arquitetónico na Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa, assinada em Granada a 3 de outubro de 1985, transcrita no **Decreto do Presidente da República n.º 5/91 de 23 de janeiro**, nomeadamente no Artigo 1º, referindo-se à definição do património arquitetónico.

1.1.O Concelho de Vila do Conde – Análise Histórica-Arqueológica (Carlos Alberto Brochado de Almeida)

Outrora localizado no Entre-Douro-e-Minho, na atualidade integra a província do Douro Litoral. Administrativamente pertence ao Distrito do Porto e a sua capital, situada na margem do Ave, preside aos destinos de três dezenas de freguesias, distribuídas desigualmente por ambas as margens do rio, afinal uma velha fronteira que, em alguns aspetos teima em manter-se. Neste âmbito entram por exemplo os religiosos, já que as paróquias da margem norte dependem da arquidiocese de Braga e as da margem sul do bispado do Porto.

Divisão antiga e que, em certa medida, se compreende se nos lembrarmos que o atual território de Vila do Conde é a junção de duas fatias, com amplitudes distintas, das outrora terras de Faria e da Maia. A primeira com cabeça no antigo Castelo situado no Monte da Franqueira (Barcelos), estendia-se do rio Neiva ao Ave; a segunda abarcava todo um território que daquele rio se estendia até às margens de um Douro que nem a longa caminhada por vales encaixados, polvilhados de ciclópicos fraguedos, conseguiu amaciar. O concelho de Vila do Conde está situado bem na berma do mar e os seus vizinhos mais chegados são, a norte, a Póvoa de Varzim, a nascente Famalicão e Santo Tirso e a Sul, Matosinhos e a Maia, no fundo a verdadeira epónima da antiga Terra.

O clima temperado marítimo, tem "caráter benigno" mormente nas zonas de baixa altitude e naquelas mais permeáveis à influência marítima, já que o oceano funciona como elemento moderador. A predominância dos ventos é de Oeste, mas há que contar com as nortadas que em determinadas épocas do ano assolam o litoral, e com o vento Suão que, vindo de Leste, provoca dificuldades no desenvolvimento normal das culturas, especialmente em áreas descobertas e nos vales abertos cujas orientações correspondam à direção dos ventos.

A leitura de um mapa pluviométrico da região norte, mostra que a proximidade do mar e o predomínio das planícies aluviais em detrimento das zonas mais montanhosas, influencia o regime normal das chuvas, a ponto da precipitação média mensal atingir valores entre os 1000 e os 1200 mm. Em média há 155 dias com uma precipitação igual ou inferior a 0,1 mm/m2, 107 dias com intensidades iguais ou inferiores a 1,0 mm/m2 e 36 dias com valores de intensidade igual ou superior a 10 mm/m2 (1). Basicamente, diríamos que há dois períodos de queda

pluviométrica que interessam sobremaneira à atividade agrícola. O primeiro, que vai de novembro a janeiro, tem normalmente o seu pico em dezembro, no fundo a dar razão ao adágio popular que diz “vai mal Portugal se não há sete cheias até ao Natal”; o segundo, de menor intensidade, coincide com as lavragens e sementeiras da primavera e tem o seu ponto alto em março e por vezes, como diz o adágio “em abril águas mil”. Para o mês de maio são as trovoadas, os aguaceiros e, não raras vezes, a descida de temperatura a pontos de “em maio comem-se cerejas ao borralho”.

Ao contrário do interior, na faixa litoral, há menos condições para a formação de geadas. Elas aparecem em locais de fraca exposição solar e nas depressões abrigadas das influências marítimas. Ocorrem principalmente entre dezembro e março e condicionam, sobretudo, as sementeiras do tipo arvense.

Finalmente, uma palavra para os nevoeiros que são particularmente frequentes na orla costeira nos meses de verão. O seu aparecimento, em termos agrícolas pode considerar-se uma faca de dois gumes: por um lado é benéfico porque evita a evapo- transpiração intensa e dispensa uma grande acuidade na rega; em contrapartida proporciona um ambiente favorável ao desenvolvimento de certas doenças prejudiciais às culturas (2). Fenómenos de condensação, como os nevoeiros e a nebulosidade são extremamente importantes no Minho. Os nevoeiros de advecção “que se formam pela condensação do vapor de água em contacto com as águas marítimas” (3), são próprios do litoral e acontecem com mais frequência de manhã e no verão.

Geologicamente, o concelho de Vila do Conde insere-se na zona Centro-ibérica do Maciço Antigo. Os mais antigos terrenos da região formaram-se no mar pré- ordovícico e talvez pré-câmbrico (...) bastante espessos que repousam, quer sobre o solo metamórfico-granítico, quer sobre areias e cascalheiras de praias antigas” (6).

Estas formações podem definir-se como depósitos areno-argilosos bastante finos, amarelados e negros, contendo seixos eolizados removidos, que foram formados no final da glaciação do Wurm, num ambiente periglaciar com fraca cobertura vegetal. Aliás, segundo Soares de Carvalho (7), para se poder explicar a origem destes depósitos é necessário recorrer a um ambiente mais chuvoso que o da época da eolização dos seixos e à ausência de uma vegetação densa. Tal facto teria originado fenómenos de solifluxão, isto é, à alternância de gelos intensivos com degelos, o que levou a camada superficial do solo a ficar periodicamente embebida em água e, por esse facto, numa situação de deslizar pelas encostas abaixo (8). Teria sido assim, em movimento lento, que a massa argilosa teria arrastado os seixos eolizados e “os seixos fragmentados por gelivação da época anterior” (9) para pontos mais baixos, dando origem a uma boa parte do litoral sul do concelho.

Fora deste quadro geológico, uma outra formação similar, só que de menores proporções, se pode encontrar no lugar do Outeiro da Figueira, em Rio Mau. Descrito na Carta Geológica como sendo um suposto depósito ao nível de 100-110 metros (10) é, na opinião de Soares de Carvalho, um depósito areno- argiloso amarelo- avermelhado, com couraças ferruginosas resultantes da “acumulação de sesquióxidos de ferro provenientes das concentrações ferruginosas do Devónico da Serra de Rates” (11).

Se o depósito do Outeiro da Figueira não é uma antiga praia, outras há na área do concelho. De origem marinha documentam-se na orla litoral, terraços de antigas praias com níveis de 3040 metros, em Souto (Árvore), Moimenta, Igreja e Covelo (Mindelo) e Rio da Gândara (Vila Chã). Mais elevado é o depósito de Joudina (Gião) com um nível de 45-50 metros.

Ao longo do Ave, em ambas as margens, assinalam-se igualmente depósitos de terraços fluviais. Os mais significativos, níveis de 45-50m, estão na margem norte, ocupando algumas parcelas do território de Bagunte (Figueiró de Baixo e Figueiró de Cima) e uma parte apreciável de Ferreiró (entre a Trindade e a Cima da Cheira).

Terraços de menor altitude, 30-40m, escalonam-se ao longo do Ave, só que na margem sul. Os mais expressivos são os de Sabariz, Ral e Moinhos em Macieira da Maia, mas também estão presentes, mais a nascente, na Mata das Freiras em Ferreiró, sítio onde se documenta uma pequena mancha de nível 60-70m, o que constitui à partida o mais alto terraço existente no Concelho. O de menor expressão, nível de 5-8m, fica sobranceiro ao rio, no lugar do Outeiro (12), a poente do cabeço onde no decurso do I milénio a.C. se instalou um habitat da Idade do Ferro (Castro de Santa Marinha da Retorta).

Na orla costeira e ao longo das margens dos rios Ave e Este, predominam os depósitos superficiais de formação por vezes relativamente recente e que escondem, em geral, formações paleozoicas ou granitos. Entram na sua composição as areias de praia e dunares e as cascalheiras com desgastes mais ou menos acentuados.

No decurso do Ave os aluviões estendem-se, sobretudo, do lado norte, ocupando significativas fatias das bacias inferiores das linhas de água de maior expressão, especialmente nas imediações da sua confluência com o rio recetor. Estão também presentes, só que em menor escala ao longo do rio Este, sobretudo em Tougues, onde o rio desagua no Ave e na zona da Várzea do Rio Mau.

Mas onde os aluviões são mais evidentes é ao longo da faixa costeira, com especial destaque para a área compreendida entre a Areia e Vila Chã, onde a acumulação de areias chegou a formar pequenos montes com três a quatro dezenas de metros de altitude (13). Foi nesta faixa arenosa que se instalaram algumas casas agrícolas e, muito em especial, bons campos de cultivo que, quando cavados no interior das dunas, receberam o nome de Masseiras.

A sua área de implantação foi, sobretudo, a parte sul do concelho, mas a pressão demográfica, que se abateu sobre a orla costeira com a consequente construção de aglomerados habitacionais ligados a setores turísticos e de lazer, conduziram a uma profunda alteração do facies local.

As populações costeiras, como as da praia do Mindelo e de Vila Chã, que até aos anos sessenta viviam da pesca, da apanha do sargaço e da exploração agrícola das suas “gamelas”, viram-se confrontadas com a insistente procura de terrenos situados na orla marítima por parte dos utentes das praias da área do Grande Porto e pela força poluidora das indústrias sediadas na região e cuja expressão maior está na reinaria da Petrogal (14).

Se a mutação ocupacional da orla costeira não passasse de uma mera substituição da paisagem silvo-agrária por habitações dispersas ou concentradas mais ou menos dispostas em consonância com a geomorfologia local, a situação não seria, num futuro que pode ser próximo,

grave para os utentes e gravosa para os poderes públicos. É que a atual subida do nível das águas do mar está a pôr em risco as populações ribeirinhas. Tal facto deriva do chamado “efeito de estufa”, da destruição da camada de ozono através do uso de clorofluor carbonetos e do excesso de dióxido de carbono e de outros gases na atmosfera que originarão uma capa capaz de permitir a passagem das radiações ultravioleta e de reter as radiações infravermelhas a ponto de aumentar a temperatura atmosférica produzindo alterações climáticas nas quais se contam a fusão dos gelos polares e dos glaciares de montanha (15). Por isso se considera de sério risco a ocupação da praia e da antepraia com habitações, estruturas ligadas ao comércio turístico, extração de inertes e estruturas de proteção incorretamente colocadas que alterem a normal formação das restingas na foz dos rios e conduzam à destruição das praias e dunas adjacentes localizadas nas regiões situadas a sotamar (16) e cujos efeitos já se fazem sentir na zona das Caxinas e a sul, entre Mindelo e Vila Chã (17).

A geomorfologia da região é pois dominada pela faixa costeira e pelo rio Ave e o seu principal afluente, o Este.

O Ave era já conhecido pelos romanos, pois aparece numa descrição de Pompónio Mela, quando trata da localização dos Gróvios, um dos povos que ocupava a área de Entre-Douro-eMinho, “... *sed a Durio ad flexens Grovii fluuntque per cos Avo. Celadus, Naesis, Minius et cui oblivionis cognomens est Limia* » (18). Cita-o igualmente Ptolomeu, quando pretende localizar um promontório entre os rios Neiva e Ave (19). Tarefa difícil, no entanto se atendermos à ausência de grandes relevos na costa e à sua quase rectilinidade.

Todavia esta nem sempre foi assim. Entre 3000 e 2000 b.p., a geografia da orla costeira apresentava-se diferente, especialmente nas zonas deprimidas da plataforma baixa, que se encontrava coberta por pântanos ou lagunas que, por estarem na proximidade do mar, de vez em quando eram atingidas pelo encrespar das ondas. Estudos recentes confirmaram esta teoria (20), sendo bem possível que um panorama análogo se repita a sul do Ave e a norte da capela de Sto. André em A-Ver-O-Mar, já que entre a capela e a foz do Ave domina uma plataforma mais alta, de abrasão. O tal promontório, a estarem certos os cálculos de Ptolomeu e de A. Tranoy (21), situar-se-ia a norte da Póvoa de Varzim, provavelmente na zona da capela de Sto. André.

O Ave, ao entrar no concelho de Vila do Conde, torna-se num curso de água bastante sinuoso e encaixado, especialmente a partir do Bicho onde toma contacto com a mancha granítica. Até à confluência com o Este predominam as margens agrestes. A exceção está entre Vila Verde e a Ponte de Ave, sítio onde a linha de estrangulamento se amacia e recolhe um pouco para o interior. Foram, aliás, tais características que influenciaram a construção da fábrica de papel na Mata das Freiras em Fornelo e a instalação dos açudes e azenhas, algumas das quais remontam, comprovadamente, à Idade Média (22).

Entre a Ponte de Ave e a Espinheira, sítio que antecede a foz do Este, o rio volta a encaixarse entre margens altas e abruptas. Depois, até uma foz estrangulada pela restinga que se foi formando a sul (23), o rio meandra entre margens baixas, onde estão presentes todas as características e condicionantes das áreas lagunares entulhadas de aluviões recentes e por isso mesmo, permeáveis às periódicas subidas das águas.

Extremamente sinuoso, o Este é um rio de alternâncias. As margens mais inclinadas que as do Ave abrem-se para vales abertos entre a Ponte de Arcos e a Várzea de Rio Mau, para de seguida se voltar a encaixar até Vilar de Matos. O panorama repete-se, mais ou menos acentuadamente até à foz onde, por alturas de Touguinhó, dá origem a uma vasta bacia sedimentada com aluviões recentes. A sinuosidade e o encaixe permitiram-lhe, tal como no Ave, albergar uma série de azenhas que, como noutras paragens, apresentam já um adiantado estado de degradação e abandono.

Independentemente destes dois cursos de água, existe ainda uma complexa rede de ribeiros e de pequenas linhas de água que completam a hidrografia do concelho. Os de maior expressão situam-se na margem norte, aquela que oferece maior pendor orográfico. Das vertentes meridionais das Pedras Brancas e da Soledade descem, entre outros, o ribeiro dos Peixes no limite nascente do concelho, e o ribeiro de Friães que entra no Ave a ocidente da Azenha do Salgueiral.

Também o rio Este, singrando entre orografias mais agrestes, possui uma vasta rede de riachos que engrossam o seu curso. O destaque vai para o ribeiro que, da Cova da Andorinha, na Serra de Rates desce até à freguesia de Arcos e para o rio Negro que ao atravessar uma parte da freguesia de Rio Mau estará na origem do seu topónimo (24).

Na margem sul, orograficamente mais suave, as principais linhas de água encaminham-se diretamente para o mar, com destaque para o rio de Soutelo ou Donda, como é conhecido na parte final do seu curso, já que desagua fora do limite sul do concelho, na freguesia de Lavra (Matosinhos).

A exceção mais saliente está no ribeiro da Granja ou de Pindelo que, nascendo nas vizinhanças do Castro Boi, em Vairão, serpenteia através das freguesias de Fajozes e Árvore. Este pequeno ribeiro, na parte inferior do seu trajeto, ao confluir com o Ave, alimentava um extenso Sapal que a construção dos novos estaleiros de Vila do Conde destruiu na quase totalidade.

A rede hidrográfica reflete, no fundo, o panorama orográfico do concelho. Este pode considerar-se zona de relevos fracos onde predominam as planícies e as colinas de pouca altitude de expressão volumétrica. A área mais acidentada é, sem dúvida, a da margem norte do rio Ave juntamente com a bacia do seu afluente Este.

Os montes de maior expressão altimétrica são o da Soledade com os seus 205 metros e a Cividade de Bagunte; no limite noroeste, a separar Rio Mau de Terroso, o Picoto, esguio monte de 115 metros. De permeio ficam um sem número de colinas sem expressão que delimitam alvéolos de maior ou menor amplitude, favorecem o escorrimento das águas na direção dos muitos ribeiros e dão corpo a boas agras de cultivo, cuja expressão maior está em Arcos, Rio Mau, Junqueira e, sobretudo nas voltadas ao Ave ocupando o magnífico espaço que se estende de Bagunte a Ferreiró.

A sul tudo é mais suave. A planície ocupa toda a orla costeira e, mesmo no interior, predomina sobre a série de colinas que se sucedem até às imediações do Monte Grande/Sta. Eufémia. A dissonância vai para o emaranhado de cabeços florestados que acompanham o curso do Ave

até ao seu limite oriental (Bicho) e para o Monte de Sto. António (Castro Boi), sediado nas proximidades do Mosteiro de Vairão. Os seus 128 m prenunciam a pequena cordilheira (Monte Grande 221 m; Sta. Eufémia 238 m; Marão 210 m) que servem de tampão a nascente e de limite físico do concelho ao separá-lo do vale de Alvarelhos e do concelho de Santo Tirso. É nele, no Monte Grande, junto a Palmazão, que se encontra a principal estação arqueológica local da Idade do Ferro, responsável pela ocupação e ordenamento do espaço silvo-agrário da região a sul do Ave, nos primórdios da Romanização.

É neste quadro de pequenas colinas que delimitam ou ponteiam as planícies e alvéolos que caracterizam uma boa parte do concelho que, ao longo dos milénios, se desenvolveu uma intensa atividade, através da qual se foi transformando, gradualmente, uma região densamente arborizada e marcada por zonas lagunares que topónimos como Lagoa ou Junqueira bem documentam (quadro II). O primeiro, a sul da foz do rio Este, mais precisamente na zona de confluência do ribeiro da Aldeia com o Ave (Touguinha), está longe de ser no presente, uma zona seca. Os restantes estão ligados à família das *Juncaceae* (25), isto é, dos juncos, uma herbácea que gosta de zonas bem húmidas e encharcadas e que, por isso mesmo, era dominante nos sapais que proliferavam nos cursos inferiores dos rios de maior envergadura e nas orlas litorâneas mais baixas e pantanosas.

Das antigas junqueiras do concelho de Vila do Conde pouco ou nada resta.

A que esteve na origem da freguesia de S. Simão da Junqueira resta, quando muito, a recordação e o imaginário. A última, aquela que na foz do Ave conseguiu chegar ao séc. XX, acaba por desaparecer quase totalmente com a transferência dos estaleiros navais para a margem sul, em Azurara.

Uma análise mais profunda do quadro II traz-nos mais motivos de reflexão. O primeiro prendese com o geotopónimo Areias, presente ao longo da costa concelhia, especialmente na parte sul. A presença das areias ao longo da costa sempre foi uma constante na nossa milenar história, mas houve momentos em que a agressividade da natureza foi particularmente sentida na costa portuguesa. Referimo-nos, muito concretamente à fase regressiva, correspondente à Pequena Idade do Gelo que os especialistas colocam, uns no séc. XIV, outros como tendo início na passagem deste para o XV com um agravamento no decurso do séc. XVII. Serão pois desta altura muitas das dunas mais antigas que compõe a costa ao norte e ao sul do Ave, pois aquela fase regressiva foi a principal causadora do avanço das areias no litoral (26).

Mas se as areias podem esconder um certo tipo de solos e estruturas das mais diversas, são geotopónimos como Gândara e suas variantes (Gandra e Gandarinha) quem reflete a imagem de inóspitalidade que determinadas áreas apresentavam. Considerados como terrenos inóspitos e cobertos de plantas agrestes não eram, por isso mesmo, convidativos à fixação de populações e, muito menos, suscetíveis de aproveitamento agrícola enquanto outros de mais elevada qualidade, continuavam à mercê de quem os ocupasse. Por isso, o seu aproveitamento, seja ele agrícola ou habitacional, apareceu em fases mais recentes e reflete, tal como na agricultação de sítios onde abundam os seixos (Seixo) e as burgas (Burgal), a necessidade de novas áreas de cultivo por pressão demográfica e falta de terrenos. O mesmo princípio pode ser aplicado a sítios

como Lama, Lamelas, Barro, Barreiros, Lage ou Pedreira. Os primeiros com abundância de água, dificilmente convidam à fixação, embora pudessem ser usados, desde muito cedo, como sítios privilegiados para prados e pastagens. Os demais falam de matéria-prima tão necessária à construção das habitações por mais modestas que elas fossem. A pedra precisava do barro (Barreiros, Barros) para que as paredes ficassem suficientemente sólidas, assim como os telhados necessitavam das telhas cozidas em telheiras com o barro extraído nas barreiras que, em certa medida, proliferavam um pouco por todo o aro concelhio.

Se o estudo da geotoponímia se revela de extrema utilidade para a compreensão dos fenómenos que presidiram ao povoamento das duas metades do concelho, uma viagem ao mundo da fitotoponímia permite, por outro lado, alargá-la e aprofundá-la. Senão, atente-se na grande variedade de espécies vegetativas que deixaram as suas marcas um pouco por toda a área do concelho de Vila do Conde.

No grupo das frutíferas, o destaque vai para a figueira (*Ficus Carica Lin*.), árvore que se estendeu desde Vila Chã a Bagunte e Rio Mau, onde não encontrou certamente, os solos mais recomendáveis mas que superou com magníficas exposições solares, especialmente em Figueiró de Cima e em Figueiró de Baixo, Bagunte. Menos marcantes foram a oliveira (*Olea Europea Lin*.), a videira (*Vitis Vivifera Lin*.), a pereira (*Pirus Communis*) e a macieira (*Malus Comunis Lamke*), o que se compreende devido à proximidade do mar e ao clima adverso a este tipo de árvores (27). Todavia, não podemos deixar de referir o caso particular da macieira, árvore cuja importância económica remonta, no mínimo à Idade Média, por causa do fruto que era usado na confeção de cidra, e da própria árvore que foi muitas vezes utilizada nas bordaduras dos campos onde, no dizer de F. Almeida “ajudavam a segurar as sebes, as videiras e as ramadas” (28). A sua importância cresce ainda mais se repararmos que está na origem do topónimo com que foi batizada a freguesia de Macieira da Maia.

Importantes e significativas são, na verdade, as espécies arbóreas que caracterizaram, em tempos recuados, a paisagem florestal do concelho. Abundavam os soutos, Soutelos, Carvalhidos, Carvalhas e Carvalhosas. No fim da escala estão o Loureiro (*Lauros Nobilis Lin*.), o Freixo (*Fraximus Exelcior Lin*.) e o Pinheiro (*Pinus Pinaster Sol*.). O Saltus é um elemento fundamental do sistema ecológico primitivo e elemento fulcral numa unidade de exploração agrária. As manchas de Castanheiros (*Castanea Vulgaris Hill*) e de Carvalhos (*Quercus Rober Lin*.), estão bem patentes em toda a área de Vila do Conde e refletem não só o panorama arbóreo, mas também o interesse económico que lhes estava subjacente. A madeira era necessária na construção de habitações, no mobiliário e na tanoaria (29), já para não referir a lenha, a cortiça no caso dos sobreiros, as castanhas e as bolotas. As primeiras eram importantíssimas na alimentação humana pois, além de se poderem comer secas e peladas, também se prestavam a fazer parte do caldo e “em épocas de crise, pão, o qual no testemunho de Rui Fernandes era adocicado” (30). As segundas entravam na alimentação dos porcos e as grandes manchas de carvalhos que marcavam as encostas e morros são bem o exemplo da sua importância como a madeira que entrava nos travejamentos, suportando os soalhos e os telhados das casas de habitação ou fornecia a trave resistente e poderosa que presidia aos destinos dos lagares de

antigamente. Aliás, terá sido a profusão de carvalhos, hoje praticamente desaparecidos, que estará na origem do primitivo nome de Vilar do Pinheiro- Vilar de Porcos
(31).

Desapareceram os carvalhos, os sobreiros e os castanheiros e com eles o equilíbrio ecológico. Das manchas de robles e dos soutos de castanheiros que remontavam a tempos idos restam, quando muito, meia dúzia de topónimos e um ou outro exemplar perdido no imenso mar de pinheiros e mais recentemente de eucaliptos que os substituíram.

Numa região tão densamente arborizada como esta o foi ao longo dos tempos, não podiam faltar aquelas espécies arbustivas e subarbustivas que caracterizavam os sítios e marcavam a vivência humana. Entre as muitas que a toponímia podia registar destacam-se o mato, os espinheiros e os sanguinhos.

A parte inculta, aquela que genericamente se apelida de monte, sempre despertou um interesse muito especial nas comunidades agrárias. O interesse pelo monte está na sua reserva lanhosa, na caça que aí se acoita e nas várias qualidades de matos que a agricultura usava como "cama" para os animais, no quinteiro onde estes circulavam, de modo a obter o estrume necessário à fertilização das terras. Usual era também a sua aplicação simples ou acompanhada de estrume "nas terras lentas para lhes facilitar a respiração" (32).

Os sítios do monte onde há mato (33) são, genericamente apelidados de bouças, as quais ainda são muitas no tempo presente. Bastará, para o efeito, folhearmos os livros das matrizes dos prédios rústicos, para depararmos com uma infinidade de denominações que podem ir da pequena "boucinha" à "Bouça da Giesta" ou à "Bouça Grande".

Mas no monte e áreas não cultivadas ou improdutivas cresciam outras espécies que a toponímia patenteia, caso dos fetos, das giestas e dos cardos, estes na variedade estrelada e leiteira mais as silvas, os espinheiros e os sanguinhos, uma ramnácia arbustiva que cresce um pouco por todo o país e deu o nome a um lugar na freguesia de S. Simão da Junqueira.

As espécies típicas dos terrenos altos e enxutos, sucedem-se àquelas que necessitam de ambientes húmidos como todas aquelas espécies que, por razões que se prendem com a constituição dos seus tecidos, podem transportar o ar dos seus orgãos aéreos até às raízes.
Entram neste campo os carícies (34), do qual resultaram os topónimos "Carrazedo", os caniços (*Phragmites Vulgaris Sang*.), que conjuntamente com a vizinha "Gândara" estão localizados entre os lugares da Carrapata de Cima e de Baixo em Vilar, expressando bem o grau de encharcamento e esterilidade que tiveram em épocas mais recuadas.

A estes há que juntar ainda as espécies que caracterizam os sapais que marginam os cursos hídricos envelhecidos, as margens dos rios que a montante da foz recebem diariamente as águas das marés e as áreas lagunares que se formaram nessas zonas deprimidas ao longo da faixa litoral. É nestes ambientes, com formações areno-limosas que crescem os juncos (*Juncus Maritimus Lank*. e os *Juncus Effusus Lin*.) e uma infinidade de espécies da fauna e flora. Importante era, sem dúvida, o sapal (Junqueira) da foz do Ave como outrora o fora o existente na Lagoa entre a foz do rio Este e o pequeno ribeiro da Aldeia.

Mas se outras provas não houvesse quanto à intensa florestação que existiu na área do concelho de Vila do Conde até aos arroteamentos da Idade Média, bastaria atentar nos lugares denominados de "Vila Verde", espalhados pelas freguesias de Bagunte, Fornelo, Mosteiró e Touguinhó. Os quatro são pequenos núcleos habitacionais do tipo concentrado que buscaram o nome nas características fitotoponímicas da região onde acabaram por se inserir. Com o rodar dos séculos, a pressão demográfica sobre a terra levou ao arroteamento de muitas áreas até aí arborizadas e à transformação de muitos soutos, bouças e gândaras em campos e leiras, isto é, em pão para homens e animais. Do antigo revestimento arbóreo, muito pouco resta nestes sítios. A única exceção será talvez a "Vila Verde" de Fornelo, afinal uma mancha agro-habitacional inserida numa floresta onde preside o pinheiro bravo, apesar do ataque em crescendo que lhe move o Eucalipto.

Por fim, alguns considerandos àcerca dos topónimos de origem zootoponímica que, no nosso entender são parcos e pouco variados. Entre os animais estão, à primeira vista, representados o tourão (furão bravo) - Tourão, o cavalo - Cavalão, a cabra – Cabreiro e o porco. Nas aves registam-se o corvo – Corvos, a pega – Alto da Pega e a Gaivota.

O tourão, nome popular para designar o furão bravo, é um mamífero carnívoro da família *Mustelidae* representado em Portugal pela subespécie *aureolos.* É um animal extremamente útil porque, ao habitar em bosques e campos com água nas proximidades tem uma dieta alimentar à base de roedores que, em certa medida, são uma praga para determinadas espécies cultivadas, entre as quais estão os tubérculos. Mas este simpático animal tem sido incompreendido, como muitos outros, pelo homem e daí a sua quase extinção. O que não admira, pois a fauna selvagem nesta região restringe-se a coelhos bravos, doninhas, texugos, raposas e alguns esporádicos porcos bravos. Mas nada nos diz que o topónimo Tourão provenha de uma anterior existência destes animais em Fajozes. O mais provável é ele ser um antroponímico de "Tauroni" e assim estarmos em presença de um possível povoador da época da romanização.

Ligados ao uso e presença dos equídeos estão, ao que parece, Cavalão e em certa medida Palmazão. Segundo Jorge de Alarcão, "a palma era uma marca ferrada de que frequentemente se serviram os romanos para identificarem os seus cavalos" (35). Ora neste limítrofe lugar da freguesia de Guilhabreu e do concelho, há indícios de uma ocupação que remonta, pelo menos, à época romana. Perto, muito perto, a nascente, situa-se a mais importante estação arqueológica do território localizado entre os cursos inferiores do Ave e do Leça. Pode ter sido a Abóbriga de Plínio (36). Hoje, com os seus inúmeros vestígios da época romana é conhecida, simplesmente como Cividade de Alvarelhos.

O porco "era bicho que toda a casa de lavoura criava" (37) e que, em certa medida, se pode relacionar com os Soutos, sejam eles de Carvalhos ou de Castanheiros. Neles abundavam as landes e as castanhas, ótima base alimentar para suínos de criação e para os congéneres bravios. A atual Vilar do Pinheiro chamava-se, até ao séc. XVI, Vilar de Porcos e na sua área de implantação não faltam os indícios toponímicos da existência de soutos (Souto da Rosa e Souto de Quires), bem como de carvalhos (Carvalhido e Carvalhas) (38), a evidenciarem, em tempos recuados, um estrato arbóreo mais consistente e diversificado.

Que as zonas litorais não são as preferidas para a prática da pastoricía, prova-o a quase ausência de topónimos relacionados com a atividade pastoril. O único que conhecemos é o de "Cabreiro", situado na freguesia de Árvore e que está relacionado com o pastoreio de cabras, animais não muito usuais na faixa litoral onde o predomínio já na Idade Média era das ovelhas (39).

Dos zoonímicos relacionados com aves, só Gaivota é que tem afinidades com o mar. Por isso não admira que tal nome apareça na orla litoral, em Azurara. Os restantes, "Corvos" e "Pegas" são aves da família das corvídeas, vulgares em Portugal. As pegas, sejam elas as ostraceiras ou pegas-do-mar (...) ou aquelas que, evitando as altas montanhas, as grandes florestas e as extensas planuras (...) preferem os bosques no meio dos campos, são aves que se familiarizam facilmente com o homem e o seu habitat não está longe das zonas povoadas. Pelo contrário, os corvos (...), pelo seu caráter selvagem, vivem longe das habitações escolhendo como habitat terrenos onde podem competir com falcões e milhafres (40).

O concelho de Vila do Conde abrangia em 1975 uma área de 15.230 ha, sendo 13.417 ha ocupados pelo binómio lavradio-bravio, o que corresponde a 80% da área total. Mas se analisarmos em pormenor os dados recolhidos pela Doutora Rosa Fernanda, torna-se evidente que a área cultivada, apesar de variar de freguesia para freguesia, ocupava percentualmente quase o dobro da ocupada pela floresta e matos – 62% para 38%, isto é, 8.226 ha para 5.191 ha- e estava repartida em 19.425 prédios rústicos superiores a 0,2 ha, os quais por sua vez pertenciam a 2.085 proprietários (41). Mas como a uniformidade não é igual para toda a área, é natural que as manchas florestais tenham vindo a diminuir anualmente por pressão do aumento demográfico, da deslocação de populações para o litoral, pelo aumento do parque habitacional em áreas adjacentes à praia e à foz do rio Ave e pela procura de terrenos não agrícolas para a construção de fábricas e outras infraestruturas destinadas ao desenvolvimento regional. E se dúvidas houvesse, bastaria lembrar o crescimento da cidade de Vila do Conde para norte, a implantação de novíssimos núcleos habitacionais ao longo da faixa costeira a sul do Ave com expressão máxima em Mindelo e Vila Chã e a descaracterização das manchas florestais que ladeiam a estrada nacional nº 13 (Modivas-Árvore), após a construção de unidades fabris e armazéns. Situações análogas, embora de menor expressão se documentam, igualmente nos lugares de Palmazão (Guilhabreu), Farilhe (Canidelo) e Vila Verde (Fornelo), aqui acrescidas por alterações orográficas e ambientais provocadas pela presença de uma pedreira que labora em moldes industriais.

O clima benigno da faixa costeira de Vila do Conde advém da baixa altitude das colinas que permitem a passagem do ar húmido do mar e da boa exposição solar que a maior parte das terras tem. Mesmo no interior, a alteração não é muita pois até ao Monte Grande- Marão, embora a altitude vá subindo gradualmente até aos 230 metros, não há de permeio acidentes orográficos capazes de alterar significativamente o ritmo climático normal. Todavia, independentemente dos fatores climáticos, há outras variáveis que são responsáveis pelas diferentes formas de ocupação do solo na região (42).

A orla marítima, como já vimos, é uma vasta plataforma de abrasão onde coexistem afloramentos de gnaisses, granitos, quartzitos, xistos e outras rochas metamórficas. Sobre elas se depositaram as areias que podem atingir a espessura de 4 metros, onde crescem herbáceas como a luzerna das praias (*Medicago Marina Lin*) e, nas bordas dos campos, caniços (*Phreagmites Vulgaris Sang*.) que foram aproveitados como sebes protetoras das culturas contra as areias. Para além destas, desenvolvem-se também outras espécies próprias deste tipo de solos como sejam o tojo arnal (Ulex Europaeus Lin.), o trovisco (*Daphne Gnidium Lin*.) e a cebola-albarrã (*Urginea Maritima Bak*.). É neste cenário que crescem os pinheiros de pequeno porte cujos troncos inclinados e deformados indicam a incidência e a intensidade dos ventos marítimos (43).

Caso não fossem enriquecidos com elementos orgânicos e químicos (44), estes solos arenosos (regossolos) teriam baixos índices de produção. Para obstar a que tal acontecesse, o homem, eterno moldador de paisagens, cavou neste sistema dunar os campos em "gamela" ou "Masseira" fertilizando-os com as algas que os sargaceiros apanham no mar durante os meses de verão (45). As masseiras, muito numerosas a norte da Póvoa de Varzim, tiveram também grande desenvolvimento a sul do Ave, especialmente nas freguesias de Árvore, Mindelo e Vila Chã, até ao momento em que começaram a ser destruídas com a ocupação do litoral pelas casas de veraneio e urbanizações que modificaram por completo a fisionomia da costa (46). É nestes solos, intensamente revolvidos e adubados que se cultiva toda uma gama de produtos, entre os quais avultam, pela sua importância, os hortícolas. Couves, cenouras, couve-flor, rabanetes, espinafres, alface, tomate, batata e cebola são alguns dos vegetais que nos campos em masseira atingem altos níveis de produção e permitem, consequentemente, lucros aceitáveis em função do capital investido.

Fora da linha das masseiras, na plataforma costeira, os solos são menos arenosos, mais ricos em húmus e em água, tendo sido, excetuando as zonas deprimidas e lagunares, objeto de uma intensa agricultação que remonta, em alguns casos à época da romanização. É nestes solos arroteados que se tem praticado, vezes sem fim, uma agricultura de regadio, de tipo intensivo, em alvéolos abertos na margem norte do Ave e bacia do Este e nas grandes agras que ocupam uma substancial parte dos terrenos agrícolas localizados na parte sul do concelho.

Agricultura de rotação, caracteriza-se pelo cultivo do milho associado ao feijão e à abóbora que são semeados durante a primavera. Pelo contrário, no inverno é o tempo de semear os cereais de fragana e os prados, limados sempre que possível nos meses de maior incidência de geadas. Na atualidade, a rega por aspersão acabou por antecipar o renascer cíclico dos prados com as suas ervas forrageiras- Azevém (*Lolium Perenne Lin.),* erva-molar (*Holcus Moltis Lin.),* cerradela (*Ornithopus Sativus Lin*.), língua-de-ovelha (*Plantago Lanceolata Lin*.), etc. E a cultura ervense passou a competir com os cereais de fragana tradicionais (trigo e centeio) e a reduzir ao ínfimo a cultura do nabo (47). Este, ao adaptar-se a todo o tipo de solos e ao exigir bastante humidade, era a cultura ideal de inverno e ótimo complemento forrageiro para os bovinos embora, segundo o testemunho de Alberto Sampaio (49), já em fins do século passado se visse ameaçado

pelo incremento da batata. Hoje, só subsiste como cultura dominante em áreas restritas localizadas a norte do Ave, especialmente na área de Esposende.

O quadro agrícola não podia ficar completo sem uma referência, mesmo que breve, à vinha que, na Região dos Vinhos Verdes, pode atingir excelente qualidade desde que encontre condições climatéricas favoráveis e adequada exposição solar. Harmonia difícil de conjugar devido ao elevado grau de humidade que contêm a maioria das agras litorâneas (50), situação que em nada favorece a cultura da vinha que necessita de terrenos de meia encosta, arejados, ensolarados, com boa drenagem e proteção contra ventos dominantes. É, convenhamos, cenário difícil de encontrar em substancial parte do concelho de Vila do Conde.

Importante, desde que o homem se tornou sedentário, foi e é a floresta. Na primitiva, como já vimos, imperava a família dos "Quercus", com carvalhos e castanheiros à cabeça. Hoje, nas áreas arborizadas, dominam os pinheiros bravos e os eucaliptos (*Eucaliptos Globolus Laab*.), estes por razões de ordem económica que se prendem com a política das empresas ligadas ao setor da celulose ou pasta de papel.

Falar de explorações agrícolas, de maior ou menor dimensão, sem se referir à criação de animais é, no mínimo, um erro que falseia qualquer quantificação de resultados obtidos. É natural, como já vimos ao analisarmos a toponímia que os dados referentes à criação de animais sejam escassos. Desde a Idade Média que o pastoreio mais generalizado era o das cabras, com a ressalva de, no litoral as condições climatéricas favorecerem o pasto das ovelhas e a existência de muitos Soutos propiciar a criação do porco. Este seria tão vulgar nas casas de lavoura como o eram as galinhas e os patos. Mas o animal por excelência desta região foi, sem dúvida, o bovino. Animal de estábulo e de pasto, produtor de estrume e de força de trabalho, indispensável ao transporte e ao arroteamento dos campos, foi ao longo dos séculos o companheiro fiel e inseparável do homem do Minho. Sem ele, dificilmente se poderá entender o ciclo anual das sementeiras, o transporte de mato, madeira e lenha, das zonas a bravio até à respetiva casa de lavoura. Escrevia Carlos Alberto Ferreira de Almeida que "a faixa marítima, desde o Lima a Aveiro, foi, nos séculos XI, XII e ainda XIII, uma área de intensa pastoreação de bovinos" (51).

Embora na toponímia faltam os "bustelos", tradicionais zonas de pastoreio deste tipo de animais, eles são, através das vacarias e desligados do seu antigo papel nos tempos de hoje, um dos principais suportes económicos das explorações agrícolas do concelho. Animal em desuso, mas que até há anos teve algum peso, é o cavalo. Ao contrário dos bovinos, raramente terá sido utilizado na região como animal de tiro, apesar das condições morfológicas serem propícias à sua implantação. Zonas planas, vales amplos e abertos favoreciam à partida o seu uso como animal de trabalho. Apesar disso, restringiu-se ao papel de animal de estimação e de afirmação social, sendo utilizado como força motriz nos tradicionais carros de cavalos, o veículo festivo e domingueiro das famílias de maiores possibilidades económicas.

Notas

1- SILVA, Rosa Fernanda Moreira da- *Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas*, (Tese de Doutoramento à Faculdade de Letras da Universidade do Porto), Porto, 1981, p.100 e segs.

O Clima de Portugal, fasc. XIII, Lisboa, 1970, publ. dos Serviços Metereológicos de Portugal.

2- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de- *O Alto Minho*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, p.16.

3- SILVA, Rosa Fernanda Moreira da- Op. Cit., p.110.

4- TEIXEIRA, C. MEDEIROS, A. Cândido de- *Carta Geológica de Portugal*, Notícia Explicativa da Folha 9- A, Lisboa, 1965, p. 40.

5- TEIXEIRA, C. MEDEIROS, A. Cândido de- Op. Cit., p.31-38.

6- TEIXEIRA, C. MEDEIROS, A. Cândido de- Op. Cit., p.12.

7- CARVALHO, G. Soares de- *Notícia sobre Eolização durante o Quaternário no Litoral Minhoto (Portugal),* Cadernos de Arqueologia 2, Braga, 1982, p.5-13.

8- BRINKMANN, Roland- *Geologia Geral*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1964, p.186.

9- CARVALHO, G. Soares de- Op. Cit.

10- TEIXEIRA, C. MEDEIROS, A. Cândido de- Op. Cit., p.15.

11- CARVALHO, G. Soares de- Op. Cit., p.8-9.

12- TEIXEIRA, C. MEDEIROS, A. Cândido de- Op. Cit., p.13-16.

13- TEIXEIRA, C. MEDEIROS, A. Cândido de- Op. Cit., p.12.

14- SILVA, Rosa Fernanda Moreira da- Op. Cit., p.292-302.

15- GRANJA, Helena Maria- *Zona Costeira: Evolução e Ordenamento*, in Geonovas, nº especial da Associação Portuguesa de Geólogos.

16- ALVES, António M. Caetano- *O Porquê da Inversão das Restingas na Costa Ocidental Portuguesa*, in Atas do Simpósio Luso- Brasileiro de Hidráulica e Recursos Hídricos, vol. I, Lisboa, 1989, p. 303-312.

17- A norte e a sul do Douro há já verdadeiras situações de calamidade. A título de exemplo referiremos somente o Castelo de Neiva (Viana do Castelo), Ofir e Apúlia (Esposende) e a sul de Espinho toda uma vasta área que passa por Cortegaça e vai até Ovar. Para estes e outros casos consulte-se:

GRANJA, Helena Maria- *Zona Costeira, Ontem e Hoje. Um Espaço e um Tempo para Interrogações*, in 1º Simpósio sobre Proteção e Revalorização da Faixa Costeira do Minho ao Liz, Porto, 1990, p. 184-200.

The recent evolution of Póvoa de Varzim, NW Portugal, in Quaternary International, Great Britain, vol. 00, 1991.

CARVALHO, G. Soares de- *Dinâmica Atual e Ambiente da Zona Costeira*, in 2ª Reunião do Quaternário Ibérico, Madrid, 1989, p. 2-8.

18- Pomponius Mela- *De Chorografia*, III, 10.

19- Ptolomeu, II, 6, 1.

20- GRANJA, Helena Maria- *Aplicações da Vibrosondagem ("Vibrocoring") nas Formações Holocénicas da Zona Costeira do NO de Portugal*, in 2ª Reunião do Quaternário Ibérico, Madrid, 1989.

21- TRANOY, A.- La Galice Romaine, Paris, 1981, p. 30. Este autor levanta a hipótese de Ptolomeu se ter confundido com a costa a sul do Douro.

22- GUIMARÃES, Bertino Daciano R. S.; FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e; NEVES, Serafim Gonçalves das- *Azurara. Subsídios para a sua Monografia*, Porto, 1948, p. 304-305.

23- ALVES, António M. Caetano- Op. Cit.

24- A mais antiga referência documental referente a S. Cristóvão de Rio Mau data de 1161 e pertence ao Cartório do extinto Mosteiro de S. Simão da Junqueira: *Testamentum ad monasterium (Sancti Ch) ristofori de Rivulo Malo quid est situm inter Aliste et Cadavo.*(T.T., Junqueira, m. III, doc. 8, or. Car.)

25- SAMPAIO, Gonçalo- *Flora Portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, 1988, p. 94/98.

26- GRANJA, Helena Maria- *A História Geológica Recente da Área da Paisagem Protegida do Litoral Esposendense e o seu Futuro*, in Atas do 2º Congresso das Áreas Protegidas, Lisboa, 1989.

27- LOPES, Mª Eugénia S. De A. Moreira- *Vegetação de Portugal III- Plantas Cultivadas*, in Estudos de Geografia das Regiões Tropicais, nº 11, Lisboa, 1981, p. 96.

28- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de- *A Arquitetura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, vol. I, Porto, 1978, p. 116-117.

29- ABREU, Alberto Antunes de- *Vila Cova. A Terra e o Homem*, Barcelos, 1989, p. 101.

30- **30-**ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de- Op. Cit., p. 90-91.

31- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de- Op. Cit., p. 102.

32- ABREU, Alberto Antunes de- Op. Cit., p. 98.

33- Entre as variedades de tojo mais usuais na região convirá destacar o *Ulex Miceanthus, Ulex Minor Poth e Ulex Eurobrava- Cytisus scopartus Lin e Link.*

34- Em cerca de 800 espécies da família das cifrácias registam-se na flora portuguesa cerca de 40 que se estendem por todo o país, privilegiando os lugares húmidos e pantanosos e as zonas arenosas.

35- ALARCÃO, Jorge de- *Portugal Romano*, Lisboa, 1974, p. 110.

36- ALARCÃO, Jorge de- Op. Cit., p. 92.

37- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de- Op. Cit., p. 100-101.

38- MARÇAL, Horácio; DACIANO, Bertino- *Vilar do Pinheiro*, Porto, 1950, p. 52-53.

39- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de- Op. Cit., p. 22 e 102.

40- Infelizmente continua o cerco a estas espécies por motivos de ordem económica já que, após o "destravamento" da língua, estas aves passam a "falar", isto é, a repetir palavras que, pela via da repetição, aprenderam.

41- SILVA, Rosa Fernanda Moreira da- Op. Cit., p.208.

42- SILVA, Rosa Fernanda Moreira da- Op. Cit., p.120.

43- LOPES, José da Cruz- *Formações Dunares no Litoral do Alto Minho*, in Boletim do Centro de Estudos Regionais, vol. 3, Viana do Castelo, 1986, p. 57-58.

44- SILVA, Rosa Fernanda Moreira da- Op. Cit., p. 139.

45- MATOS, Maria da Conceição Faria de- *A Vida Rural de Apúlia*, in Finisterra, 1973, p. 66103.

46- SILVA, Rosa Fernanda Moreira da- Op. Cit., p. 299-302.

47- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de- Modivas, *Uma Aldeia Maiata*, Vila do Conde, 1983, p. 23-24.

48- LOPES, Mª Eugénia S. de A. Moreira- Op. Cit., p.88.

49- SAMPAIO, Alberto- *Estudos Económicos*, vol. II, 2ª ed., Lisboa, p. 191.

50- SILVA, Rosa Fernanda Moreira da- Op. Cit., p. 307.

51- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de- *Arquitetura Românica de Entre-Douro-e-Minho*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, policopiado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1980, p. 104.

Se o quadro ocupacional do aro vilacondense não diferir daquele que é normalmente proposto para a região litoral do Entre-Douro-e-Minho, as mais antigas referências à presença do Homem devem remontar, pelo menos, ao Paleolítico Superior (1). Só que, à fase mais antiga não temos nenhum instrumento lítico que garantidamente se lhe possa atribuir. Talvez os recolhidos no lugar de Modivas de Baixo, freguesia de Modivas (2), possam ser considerados como de tipo Acheulense (quadro III), embora mesmo esses deixem sérias dúvidas quanto à sua cronologia e quanto ao provirem de uma estação paleolítica bem definida. É que, na zona do rio Donda, a Carta Geológica não apresenta depósitos de antigas praias bem assinaladas mas antes, uma formação areno- pelítica de cobertura, semelhante àquela que cobre uma boa parte da plataforma continental, localizada de Vilar do Pinheiro a Árvore. Ora se estas formações areno-argilosas são o resultado da deslocação de solos das vertentes para a plataforma tirreniana, praticamente liberta de detritos no final da regressão pré-flandrina (final do Wurm- tardiglaciar), então estes instrumentos líticos estão certamente deslocados e a sua credibilidade, do ponto de vista cultural, é parcelar e difícil de aceitar, no caso daqueles instrumentos líticos de Modivas de Baixo, classificados como Languedocenses (3).

Se olharmos para a Carta Geológica do concelho, deparamos com restos de antigas praias em Vila Chã, Mindelo, Árvore, Azurara e Gião (Joudina). Esta, com 15- 20 metros, é a mais baixa e de menor expressão, ao contrário das de 30- 40 metros que se distribuem pelas freguesias de Vila Chã, Mindelo, Árvore e Azurara e que devem ter sido a fonte abastecedora dos materiais líquidos depositados em níveis inferiores aquando da regressão pré- flandrina. O mesmo se poderá dizer dos terraços fluviais localizados nas margens do Ave- Macieira da Maia (Sabariz e Moinhos), Fornelo (Olaia e Mata das Freiras), Ferreiró (Cima de Cheira e Trindade), Bagunte (Figueiró de Cima, Figueiró de Baixo e Vila Verde)- que contribuíram, através de movimentos coluviais, para a formação da Bacia Sedimentar que acompanha o Ave no seu curso final.

Pelo que acabamos de expor, dificilmente se encontrará uma jazida paleolítica com garantias sólidas de não ter sido deslocada, isto é, permanecer *in situ* na área de estudo presente. A haver alguma, será certamente nestas antigas praias e terraços, pois terá sido aí que o Homem ante-Tirreniano e Tirreniano terá abandonado os seus instrumentos, muitos dos quais terão sido arrastados e incorporados na base da formação areno- pelítica quando o clima se tornou mais chuvoso e, “por solifluxão, os solos derivados dos granitos e de outras rochas foram deslocados para a base das vertentes e para a plataforma tirreniana” (4).

De época mais recente são os restantes instrumentos líticos (quadro III). São eles, basicamente, machados de pedra polida de anfibolito, recolhidos no lugar de Azevedo, em Fornelo e na Quinta do Paço de Caracoi, em Canidelo, bem como uma lâmina de sílex, proveniente do sítio do Eirado, igualmente em Canidelo. São peças que pertenciam à coleção do Abade Sousa Maia e que, recentemente, foram estudadas por Domingos Cruz e Mário Brito

(5). Desconhecemos o seu contexto cultural e dificilmente lhe poderemos atribuir uma cronologia segura. São materiais que surgem no Neolítico mas que são vulgares em épocas posteriores, isto é, III/ II milénio, altura em que o conhecimento da região se torna mais sólido, alicerçado em materiais e estruturas conotadas com o fenómeno Megalítico.

Quanto a isto, é já normal dizer-se que, a partir do IV milénio a.C., aos povos dependentes da caça, recolha de frutos e raízes e dos produtos do mar, sucederam-se sociedades sedentárias, mais estáveis, que lançaram as bases de uma economia agrícola e pastoril. Ao evoluir, diferenciarão os minerais, produzirão instrumentos e adornos metálicos, bem como fabricarão os primeiros vasos cerâmicos. São povos com dinâmicas específicas, capazes de produzir culturas diferenciadas, mesmo entre comunidades com certas e determinadas similitudes (6).

À cultura megalítica, é- lhe atribuída uma cronologia bem lata- finais do IV milénio a. C. aos inícios do II a. C.- isto é, do Neolítico ao Bronze Inicial. Durante este espaço temporal, construiuse uma grande diversidade de monumentos funerários providos de "tumulus" ou mámuas (terra e couraça pétrea) que cobre dólmens arquitetonicamente simples (abertos ou fechados), providos de corredores simples ou elaborados e cistas de planta retangular (7).

Tal como acontece noutras áreas do país, também no concelho de Vila do Conde desconhecemos a localização dos habitats dos pastores megalíticos. Estarão eles nas imediações dos túmulos que ergueram? Serão povoados de tipo sazonal e, portanto com poucas estruturas remanescentes? Seriam povoados do tipo aberto sem qualquer caráter defensivo e com habitações em materiais perecíveis? Sinceramente não o sabemos e esta é, ainda hoje, uma das grandes incógnitas na investigação arqueológica deste período da Pré- história.

Quanto aos túmulos, esses conhecemo-los pelas estruturas que ainda subsistem, ou pelos topónimos, não raras vezes a única coisa que ficou após deliberadas ou infelizes intervenções que levaram à sua destruição. Algumas das referências documentais à presença de monumentos deste tipo no aro de Vila do Conde, remontam à Idade Média, mais concretamente às Inquirições de 1258 (quadro IV). As mais conhecidas localizam-se na freguesia de Azurara (Mámua da Pedra, Mamoa do Bicho e Mamoela), Fajozes (Mamua Petrosa), Formariz- Vila do Conde (Mamua da Forca de Barreiros) e Palmazão- Guilhabreu com a célebre "Mamua da Ciada", que tanto pode ser uma recentemente destruída, junto à Fábrica de Cartonagem, como uma outra em Alvarelhos e, portanto fora do âmbito deste estudo.

Para além das Inquirições ou outra documentação, também a toponímia pode prestar preciosas achegas no que toca a localizar possíveis túmulos megalíticos. Bons exemplos do que acabamos de afirmar são nomes como Madorna, Madorra, Pedarca ou Pena d´Orca.

Madorna é um lugar de Vairão, como Madorra o é de Touguinha e de Macieira da Maia. Ambos estão conotados com a ambiência funerária megalítica, tal como o poderão estar Pedarca em Rio mau e Pena d´Orca em Guilhabreu. Mas se estes poderão suscitar dúvidas por poderem conduzir a outro tipo de interpretações, já o mesmo se não poderá dizer de topónimos como "Mámoa" e "Anta", indiscutivelmente relacionados com os túmulos da época megalítica. Túmulos esses que, na presente e na maioria dos casos já não existem porque deram lugar a campos de cultivo- Agra atrás da Mamuas, em Modivas, ou Agra de Sob as Antas, em Labruge, a casas de

habitação- Mamua do Freixo em Guilhabreu, ou a fábricas como é o caso da Antela de Farilhe, outrora escavada pelo Abade Sousa Maia.

Mas o quadro do Megalitismo em Vila do Conde não se esgota nos indícios documentais e toponímicos. Os inventários e estudos elaborados por Martins Sarmento, Abade Sousa Maia e, mais recentemente, por Vítor Oliveira Jorge (8), provam que ainda restavam, entre violados e em adiantado estado de degradação, nos inícios do século XX, dez daqueles túmulos, número que já decresceu para sete, após a destruição da Mámua do Freixo em Guilhabreu, da Antela de Farilhe e, muito recentemente, de uma que existia nas imediações do lado norte da Fábrica de Cartonagem de Palmazão que podia ser, como já referimos atrás, a tal "Mámua de Ciada", referida na documentação medieval.

Apesar dos condicionalismos, o panorama megalítico do concelho podia considerar-se promissor. Hoje, talvez já não o seja por razões que se prendem com a ausência de uma política de ordenamento que conduza à defesa do património cultural, situação que infelizmente atinge o país de norte a sul.

Das dez mámuas que se conheciam nos alvores do século XX, duas foram escavadas em 1905 pelo Abade Sousa Maia. Foram elas as denominadas Antelas das Alminhas e de Farilhe, locais pertencentes à freguesia de Canidelo. Na primeira, que ainda conserva os túmulos, foram encontrados vários artefactos líticos (quadro V), um conjunto completo de mó manual e fragmentos de dois vasos cerâmicos: um com forma hemisférica e o outro com uma perfuração junto ao bordo. Na Antela de Farilhe, infelizmente desaparecida com a construção de uma fábrica, o mesmo sacerdote recolheu machados de pedra polida, pontas de seta, lâminas de sílex, parte de uma mó manual, seixos e bocados de cerâmica, alguns dos quais permitiram a reconstituição de um vaso em forma de calote esférica (9).

Passados anos, em 1952, a dupla Elísero Pinto/ Afonso do Paço, escavava as Mámuas de Guilhabreu e de Vilar.

A primeira, situada na Bouça de Carrazedo, no Lugar do Freixo (10), revelou-se uma estação de capital importância pelo variado espólio funerário que continha- micrólitos trapezoidais, facas de sílex, pontas de seta, machados de pedra polida, parte de uma mó manual, contas de colar- e, em especial, pelos fragmentos de cerâmica campaniforme (11). Será a partir deles que é possível apontar uma cronologia para o funcionamento deste túmulo que, na opinião dos vários autores que se têm debruçado sobre a origem e desenvolvimento do estilo marítimo da cerâmica Campaniforme, oscilará entre 2000 e 1900 a. C. (12).

Cronologia mais recente, entre 1900 e 1700 a. C., tem a Mámua de Vilar. De grandes proporções, deu um espólio bem interessante se tivermos em conta um braçal de arqueiro em xisto e uma ponta de Palmela em cobre arsenical (13), o que a coloca no mesmo âmbito cultural da sua congénere de Guilhabreu e de outras bem conhecidas no contexto megalítico do norte de Portugal.

O grande pioneiro da Arqueologia Portuguesa que foi Martins Sarmento, deixou-nos algumas referências acerca das Mámuas de Cavaleiros, Folão e Mourão (14).

A Mámua de Cavaleiros (Bagunte), é conhecida desde os fins do século passado quando o conhecido investigador a visitou e aí recolheu “dois machados de pedra, decerto relíquias da mamoa, que as escavações continuadas tinham destruído” (15). Mais para Ocidente está a freguesia de S. Simão da Junqueira e, junto da estrada que conduz a Barcelos, no lugar de Barros, distanciadas entre si cerca de 50 metros, estão as duas mámuas do Folão. Ambas estão esventradas, conservando-se somente a couraça de revestimento. Numa delas, a fazer fé em Martins Sarmento, haveria num dos esteios que compunham a câmara, uma ave gravada (16).

A mámua de Mourão, também descrita por Martins Sarmento, está situada no lugar de Contra-Mourão, freguesia de Tougues. Nela sabemos terem aparecido “pontas de seta” e uma “pedra esquisita” (17), desconhecendo-se, no entanto o seu paradeiro. A 120 metros para norte e do lado oposto da estrada, nas proximidades do “marco da vela”, datado de 1697, está a mámua de Sabariz, freguesia de Macieira da Maia. Está violada à altura da câmara onde se vislumbra ainda um esteio caído e o túmulos parcialmente destruído (18).

É indubitável que, do ponto de vista megalítico, Vila do Conde era uma região rica. As mámuas ou antas distribuíam-se por catorze das trinta freguesias, estando a maior concentração a sul do Ave (Macieira, Tougues, Azurara, Vairão, Modivas, Guilhabreu, Labruge, Vilar e Canidelo), contra cinco da margem norte (Rio Mau, Touguinha, Junqueira, Formariz- Vila do Conde e Bagunte). Aparecem agrupadas duas a duas: Sabariz-Mourão; Farilhe-Alminhas, ou mesmo mais, caso a informação prestada a Martins Sarmento acerca de haver mais de duas na Bouça do Folão seja verídica (19). Nos restantes casos, parecem estar isoladas mas convirá não esquecer que a informação disponível é pouco consistente e portanto capaz de induzir em erro.

Observando o quadro distributivo, torna-se evidente que havia mámuas em freguesias limítrofes do mar, casos de Labruje e, em certa medida, Azurara e Modivas. Isto quer dizer que por volta do III milénio, a linha da costa já estava mais ou menos estabilizada e que na orla costeira havia condições para que os pastores megalíticos pudessem pastorear os seus rebanhos, erguer as suas aldeias, semear os seus campos e construir os seus túmulos. Isto não invalida o que escrevemos na introdução quando, baseados nos dados dos geólogos e na toponímia, afirmávamos haver zonas deprimidas, encharcadas e pantanosas, bem como extensas gândaras nada convidativas à fixação de agricultores, mas que poderiam despertar o interesse de pastores e suas cabras por ausência de grandes arvoredos e densos matagais. De qualquer modo, não foi aí que eles construíram os túmulos, antes escolheram, em zonas planas, sítios enxutos e, na medida do possível, no “centro” dos seus territórios e na vizinhança dos caminhos de penetração.

É evidente que falar de pastores megalíticos é falar de gado, de cabras, de ovelhas e, em certa medida, de colonização agrária, enfim de uma economia mista onde, para além da caça (sugerida pela presença de micrólitos e pontas de seta), está presente o pastoreio e a agricultura (20).

Parece ser ponto mais ou menos assente que a partir do início do III milénio a. C., o norte de Portugal conheceu uma progressiva ocupação sedentária do espaço que se traduziu no aparecimento de povoados de vários tipos (21).

É neste contexto que a agricultura ganhou incremento, o que na zona litoral poderá ter analogias com os dólmens de corredor. Não sabemos se os habitats estariam nas proximidades ou se, pelo contrário, se situariam a uma, duas ou mais horas de marcha. Nesse caso, os túmulos marcariam "apenas a propriedade de uma área, num território mais vasto" (22). Seja qual for a hipótese mais viável, o certo é que pelo menos três dos túmulos do concelho deram mós manuais, entre completas e incompletas (Alminhas, Farilhe e Carrazedo), cujo uso só pode ser entendido na trituração de cereais. Ilação semelhante poderemos tirar dos machados de pedra polida que, de uma certa maneira, estão ligados ao ciclo agrário. Os campos, esses, obtinhamse por desmatação e queimada num ciclo que levava ao esgotamento do solo e ao abandono, obrigando, assim à deslocação do habitat para novas paragens.

A deslocação periódica do habitat obrigava a estruturas frágeis, facilmente apagadas em posterior reocupação caso imperasse o rotativismo geográfico. Neste caso, seriam os novos campos ou os novos habitats os responsáveis pela destruição dos vestígios anteriores e da dispersão e inutilização de alguns dos artefactos como as mós manuais (23). Pena é não sabermos se as recolhidas nos túmulos o foram na couraça, sintoma de abandono, ou no interior da câmara, juntamente com o demais mobiliário funerário.

Importantes, sem dúvida, são os materiais conotados com o mundo campaniforme. Eles estão presentes na parte sul do concelho, em Guilhabreu e Vilar, duas zonas com bons solos agrícolas e ótimas áreas para pastoreio. O contexto é funerário, mas tudo parece indicar que, na área possam ter havido habitats sedentários que conjugados com enterramentos individualizados seriam o reflexo de um poder "individualizado". O aparecimento de objetos metálicos, caso da ponta tipo "palmela" da mámua de Vilar, pode significar objetos de prestígio e a existência de sociedades hierarquizadas que controlariam a produção de objetos de luxo e as melhores terras de cultivo e pastoreio (24).

Apesar da diminuta quantidade de vestígios, não temos dúvidas que esta região continuou a ser "percorrida" por pastores e agricultores, a partir da segunda metade do II milénio a.C. (15001100 a.C.). É o tempo da metalurgia do bronze onde, entre outros objetos, pontificam os machados de talão com ou sem duplo anel (quadro VI). Destes últimos, temos um exemplar proveniente de Palmazão (Guilhabreu), lugar que, para além de uma mámua, terá mais tarde estruturas relacionadas com um habitat da Idade do Ferro (Castro de Alvarelhos) e correspondente romanização.

Mas uma tão grande dinâmica metalúrgica que parece sugerir a "existência de uma vasta rede de contactos comerciais" (25), está dependente da existência de um grande número de minas de estanho e certamente de uma elite que terá produzido um "povoamento hierarquizado e multifacetado de acordo com as várias funções assumidas" (26).

Se as teorias acerca do povoamento são válidas para a Península Ibérica e para fora dela, também o serão para o micro- espaço de Vila do Conde. Só que dele, pouco ou nada sabemos, à exceção do provável habitat da Quinta de Cavaleiros, na encosta sul da Cividade de Bagunte. Trata-se, observando a topografia envolvente de um povoado de tipo aberto, sem pretensões defensivas, vivendo da floresta situada na encosta do monte da Cividade e das terras que se

estendem em patamares para sul, ao qual poderiam estar associados enterramentos em cistas alongadas, produtoras dos chamados vasos de largo bordo horizontal. Destes só conhecemos os que José Fortes descreve e atribui a Touguinha (27). Sabemos que são dois, um dos quais de largo bordo e com a aba decorada em espinha, mas desconhecemos o seu contexto original. A única nota de aproximação será a existência naquela freguesia, do lugar da Madorra, topónimo de ascendência megalítica, mas que não chega para atribuir a este lugar o privilégio de ter tido enterramentos da segunda metade do II milénio a. C.

Notas

1- CARVALHO, G. Soares de LEMOS, Francisco Sande; MEIRELES, José- *Estratigrafia do Quaternário e o Paleolítico do Litoral Minhoto (Portugal),* in "Cadernos de Arqueologia", vol. 2, Braga, 1982, p. 75-84.

2- PAÇO, Afonso do PINTO, Elísero- *Subsídios para uma Carta Geológica do Concelho de Vila do Conde*, in "Revista de Guimarães", vol. LXXIV, Guimarães, 1964, p. 143-148.

3- CARVALHO, G. Soares de LEMOS, Francisco Sande; MEIRELES, José- *O Quaternário do Minho. Estado atual dos nossos conhecimentos*, in "Portugália", N/S, vol. IV/V, 1983/1984, Porto, p. 17.

CARVALHO, G. Soares de LEMOS, Francisco Sande; MEIRELES, José- *Estratigrafia do Quaternário e o Paleolítico do Litoral Minhoto (Portugal),* in "Cadernos de Arqueologia", vol. 2, Braga, 1982, p.82.

4- CARVALHO, G. Soares de LEMOS, Francisco Sande; MEIRELES, José- *Estratigrafia do Quaternário e o Paleolítico do Litoral Minhoto (Portugal),* in "Cadernos de Arqueologia", vol. 2, Braga, 1982. p.82.

5- CRUZ, Domingos Jesus da BRITO, Mário- *A Coleção Arqueológica do Abade Sousa Maia*, in "Vila do Conde", N/S, vol. 1, 1991, p.5-13.

6- JORGE, Susana Oliveira- Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves- Vila Pouca de Aguiar, vol. I-B, Porto, 1982, p. 915 e segs.

7- JORGE, Susana Oliveira- *Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves- Vila Pouca de Aguiar*, vol. I-B, Porto, 1982, p. 849 e 875.

8- SARMENTO, Martins- *Os Dispersos*, Coimbra, 1933, p.171.

MAIA, Abade Sousa- *A Necrópole de Canidelo*, in "Portugália", vol. I, Porto, 1982, p. 489.

JORGE, Vítor Oliveira- *O Megalitismo do Norte de Portugal: O Distrito do Porto*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I, Porto, 1982, p. 489.

9- MAIA, Abade Sousa- A Necrópole de Canidelo, in "Portugália", vol. I, Porto, 1982, p. 621624.

JORGE, Vítor Oliveira- *O Megalitismo do Norte de Portugal: O Distrito do Porto*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I, Porto, 1982, p. 487-488.

10- Foi, como já dissemos destruída quando aí foi permitida a construção de uma casa de habitação. Cfr. JORGE, Vítor Oliveira- *O Megalitismo do Norte de Portugal: O Distrito do Porto*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I, Porto, 1982, p. 489.

11- PAÇO, Afonso do PINTO, Elísero- Vasos Campaniformes da Mamoa de Guilhabreu (Vila do Conde), Vila do Conde, vol. 2, 1961.

12- JORGE, Susana Oliveira- *Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves- Vila Pouca de Aguiar*, vol. I-B, Porto, 1982, p.935.

CRIADO BOADO, F. VASQUEZ VARELA, J. M.- *La Ceramica Campaniforme en Galicia*, in "Cuadernos de Gargadelos", vol. 42, Coruña, 1982.

13- JORGE, Vítor Oliveira- O Megalitismo do Norte de Portugal: O Distrito do Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I, Porto, 1982, p. 491-492.

JORGE, Susana Oliveira- *Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves- Vila Pouca de Aguiar*, vol. I-B, Porto, 1982, p.858.

14- SARMENTO, Martins- *Os Dispersos*, Coimbra, 1933, p.171.

15- SARMENTO, Martins- *Notícia Arqueológica*, "O Archeólogo Português", vol. VI, 1901, p. 47.

16- SARMENTO, Martins- *Notícia Arqueológica*, "O Archeólogo Português", vol. VI, 1901, p. 142.

17- SARMENTO, Martins- *Notícia Arqueológica*, "O Archeólogo Português", vol. VI, 1901, p. 47.

18- JORGE, Vítor Oliveira- *O Megalitismo do Norte de Portugal: O Distrito do Porto*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I, Porto, 1982, p. 490-491.

19- SARMENTO, Martins- *Os Dispersos*, Coimbra, 1933, p.171.

20- JORGE, Vítor Oliveira- *O Megalitismo do Norte de Portugal: Um Novo Balanço*, in "Portugália", N/S, vol. IV/V, 1983/84, p. 44.

21- JORGE, Susana Oliveira- *Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves- Vila Pouca de Aguiar*, vol. I-B, Porto, 1982, p.919.

22- JORGE, Susana Oliveira- *Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves- Vila Pouca de Aguiar*, vol. I-B, Porto, 1982, p.916.

23- JORGE, Vítor Oliveira- *O Megalitismo do Norte de Portugal: Um Novo Balanço*, in "Portugália", N/S, vol. IV/V, 1983/84, p.44.

24- JORGE, Susana Oliveira- *Aspetos da Evolução Pré-histórica do Norte de Portugal*, in "Portugália", N/S, vol. IV/V, 1983/84, p.104-105.

25- JORGE, Susana Oliveira- *Aspetos da Evolução Pré-histórica do Norte de Portugal*, in "Portugália", N/S, vol. IV/V, 1983/84, p.106.

26- JORGE, Susana Oliveira- *Aspetos da Evolução Pré-histórica do Norte de Portugal*, in "Portugália", N/S, vol. IV/V, 1983/84, p.106.

27- FORTES, José- *Vasos em Forma de Chapéu Invertido*, in "Portugália", Porto, 1905, p. 662-665.

Idade do Ferro e Romanização

É hoje relativamente pacífico, entre os investigadores, aceitar-se a primeira metade do I milénio a. C. como marco referencial ao surgimento de um tipo de povoados conotados com a Idade do Ferro e que a investigação histórico-arqueológica genericamente apelida de "Castros".

O Bronze Final do Noroeste é, para muitos autores, tardio, talvez porque no quadro peninsular esta região tivesse sido uma das mais dinâmicas do ponto de vista metalúrgico. Para o comprovar, bastará referir o valioso depósito de fundidor do Castro de Baiões (Viseu) (1), os achados no Coto da Pena (Caminha) (2) e de S. Julião (Vila Verde) (3), os quais, de um modo geral, se poderão inserir entre a fase III e V de Almagro Gorbea, isto é, num período que medeia entre 900 e 600 a. C. (4). Será, portanto, no seio de uma desenvolta metalurgia do Bronze, onde pontificam os clássicos machados de talão e dupla aselha, com coros e rebarbas de fundição, os machados de alvado e duplo anel e os punhais de antenas, frequentes na Galiza e Astúrias (5), que se deve procurar as origens da Cultura Castreja e, concomitantemente, os inícios da Idade do Ferro do Noroeste. Este período sofreu grandes dificuldades na sua afirmação, como bem o reconheceu Almagro Gorbea (6), dificuldades que são testemunhadas pela raridade de artefactos de ferro (7) nos povoados com níveis do Bronze Final, em contraste com a abundância de objetos em bronze. É pois, perfeitamente legítimo aceitar que a Idade do Ferro do Noroeste se inicie por volta do século VI a. C. e se muitas das transformações terão um caráter endógeno, outras poderão estar relacionadas com as movimentações dos Túrdulos e Célticos, referidas por Estrabão (8), e resultantes das perturbações havidas no sul da península, cerca de 500 a. C., após a Batalha de Alalia (9). Tais movimentações poderão ter originado um reordenamento territorial e valorização dos sistemas defensivos em conexão com o local de implantação, seja ele numa colina isolada, às cavaleiras de uma linha de água, ou ao pé das tradicionais vias de comunicação e penetração.

À primeira fase da Cultura Castreja, e sem querermos ser exaustivos, pertencem habitats bem conhecidos da investigação arqueológica como o de Sto. Estêvão da Facha ou Sta. Luzia, no vale do Lima (10); Castelo de Faria ou Roriz/ Oliveira, na bacia do Cávado (11); a Cividade de Terroso nas franjas do vale do Ave e o meridional Castro de Romariz no concelho de Sta. Maria da Feira (12).

Se quisermos aplicar a taxonomia de Carlos Alberto Ferreira de Almeida para a Cultura Castreja (13), diríamos que o período de gestação, anterior ao século V a. C., será aquele onde predominam as estruturas habitacionais feitas à base de elementos vegetais misturados com barro. Em termos cronológicos, diríamos então que o uso da pedra nos muros das casas e nas paredes das muralhas, começa a sistematizar-se numa data posterior a 500 a.C., quando as primeiras habitações começam a incorporar pedra de pequena dimensão consolidada com grossas camadas de barro. A petrificação das casas nos habitats castrejos será, portanto um fenómeno mais tardio e diretamente relacionado com o uso e divulgação da metalurgia do ferro, sem a qual não seria possível trabalhar-se de forma tão diligente a pedra, afinal um dos elementos fulcrais para a caracterização desta cultura, onde os pedreiros nos séculos seguintes atingiram um "extraordinário labor" (14).

Mas a caracterização do habitat castrejo, não passa somente pelo ou não da pedra e muito menos pela valorização, excessiva por vezes, de elementos como são os objetos metálicos, a escultura, as técnicas e os motivos decorativos da ourivesaria e da cerâmica (15).

Há que ter em conta os sistemas defensivos, sejam eles no período de formação, conseguidos à base de amontoados de terra e pedras ou de alinhamentos de pedra informe, sejam construções mais sólidas e imponentes, autênticas muralhas de pedra complementadas ou não com fossos, que constituem a tónica dos períodos seguintes e, naturalmente, os locais de assentamento que, em muitos dos casos, são uma continuação lógica dos habitats do Bronze Final.

Se os padrões geográficos, com o relevo a desempenhar um papel fulcral, determinarão a escolha dos sítios, outros há, todavia que interferiram e acabaram não raras vezes por prevalecer, desde que o fator estratégico não colocasse em risco a sobrevivência das populações. Referimo-nos, naturalmente, ao posicionamento dos Castros ao longo da costa atlântica e da bacia dos rios numa perspetiva de controlo e aproveitamento agro- pecuário, dos recursos marítimos e fluviais, dos recursos mineiros e, como não podia deixar de ser, das rotas comerciais mais tradicionais. Posicionando-se na embocadura dos rios, nas proximidades das enseadas com condições de abrigo, na linha de transposição de portelas e rios, nas imediações de boas terras de cultivos, no limiar de uma produtiva floresta fornecedora de madeiras, lenha e alimentos, os habitantes dos castros souberam tirar partido da sua situação e do quadro que presidiu ao ordenamento do território onde parece estar presente uma certa hierarquização (16).

Se analisarmos os habitats da Idade do Ferro do concelho de Vila do Conde, deparamos com um quadro que em nada difere daquele que, em certos casos bem se conhece no Entre-Douroe-Minho.

Dos seis castros de tipo tradicional identificados, dois situam-se na berma do Atlântico e os restantes, à exceção da Cividade de Bagunte e do Castro Boi, posicionaram-se bem junto dos cursos do Ave e do seu afluente Este. Mas se tomarmos o Ave como linha que divide o concelho em duas partes, diríamos que há uma uniformidade distributiva, pois três deles situam-se na metade norte e os demais na parte sul. Em termos de posicionamento, a 165 metros está a Cividade de Bagunte, o ponto mais alto do concelho na parte norte. Mas tal facto não constitui,

de maneira nenhuma, uma regra, já que os restantes habitats estão longe das cotas máximas que o conjunto orográfico alcança na parte sul, com os seus 210 metros no Marão, entre Fornelo e Guidões e os 238 metros no Monte de Sta. Eufémia. O de cota mais próxima da média concelhia- 100 metros- é o Castro Boi, em Vairão, enquanto os restantes oscilam entre os 85 metros do Castro de Argifonso, em Arcos e os escassos 18 metros do pequeno morro onde se encontram vestígios do Castro de S. Paio, em Labruge. Tais cotas, quando confrontadas com a média concelhia, levam-nos a concluir que os povos desta região não encontraram, salvo raras exceções, nos pontos mais altos, as condições ideais para o assentamento dos seus povoados, preferindo privilegiar outros vetores. Entre estes estavam, certamente, os recursos marítimos, isto é, a pesca, a exploração do sal e, naturalmente, alguma atividade comercial quando esta se fazia nas imediações. É dentro destes parâmetros que devemos entender o Castro de S. Paio de Labruge e, em certa medida o de S. João de Vila do Conde.

O Castro de S. Paio, de pequenas dimensões e em avançado estado de degradação foi, ao que indica a sua localização, uma aldeia de pescadores. Assentaram arraiais no alto do pequeno morro, protegidos do lado do mar pelas fortes penedias e dos lados dos campos por um sistema defensivo que incluía um fosso, hoje totalmente atulhado. É, no contexto da Idade do Ferro do Noroeste, o povoado mais próximo do mar que conhecemos. Em posição semelhante, só que de maiores proporções, está o Castro de Baroña, Porto Son, no litoral galego. Pouco maior seria o Castro de S. João de Vila do Conde, situado no morro sobranceiro ao rio Ave e onde, no decurso da Idade Média foi construído o Mosteiro de Sta. Clara. Estava numa situação privilegiada para realizar a tríplice missão de albergar um núcleo de pescadores, vigiar a navegação que abordasse a foz do Ave e o tentasse subir e controlar a passagem do rio, isto é, a ligação entre as duas margens por onde passava uma das estradas naturais da região. Entre o morro e o mar ficava uma área relativamente inóspita e mesmo pantanosa na sua base ocidental. Situação análoga se passava do outro lado do rio, onde pontificava o extenso sapal de Azurara, hoje reduzido e em grande parte ocupado pelos novos estaleiros de Vila do Conde.

Não eram, devido ao seu posicionamento, povoados com vocação agro- pecuária, embora a pudessem ter, especialmente o de S. Paio, com bons solos agrícolas nas imediações. Esta vocação foi, no nosso entender, claramente assumida pelo Castro Boi, colocado no cimo de um pequeno monte que emerge no meio de uma vasta campina. A seus pés correrá, desde a Romanização, uma importante estrada, a Via Veteris (17), que fazia a ligação de Cale (Porto) para o norte, pelo sítio onde, no reinado de D. Afonso Henriques se construirá a Ponte D. Zameiro ou Ponte d´Ave, como é conhecida na atualidade. Era, tal como os anteriores, um povoado de pequenas dimensões centrado no alto do morro e tendo por defesa um sistema onde sobressaíam um ou mais fossos do lado nascente, o de mais suave pendor e, por isso, o de mais fácil acesso. Finalidade análoga, acrescida da necessidade de vigiar e assegurar o controle da navegação no Ave e a transposição das suas margens, teve o povoado que se instalou nas redondezas da igreja paroquial de Sta. Marinha de Retorta, sobre um pequeno cabeço arredondado que se ergue na margem do rio. Embora muito estragado pelo arvoredo que cobre uma boa parte da sua área e pela pastagem que o transformou, ao revolver a sua vertente este-

nordeste, era evidentemente, em termos ocupacionais, um habitat maior que os anteriormente descritos. A sua atividade principal visaria a agricultura e a pecuária pois, apesar de estar no limiar de uma área que na altura seria bem encharcada e pantanosa, tinha todas as possibilidades de florescer com o arroteamento dos terrenos localizados na vertente sul, afinal aquela onde hoje se espalham os campos e as casas de lavoura da atual população. É evidente que a sua localização na berma do rio, tal como de S. João de Vila do Conde ou os "castros agrícolas" de Santagões (Bagunte) e Sta. Marinha de Ferreiró, tem implicações que ultrapassam o mero posicionamento geográfico. É que, independentemente de controlarem a navegação fluvial e os principais pontos de passagem entre ambas as margens e com isso poderem lucrar em termos comerciais, a proximidade de uma linha de água impunha-se como eventual fonte de abastecimento encontrando-se nos terrenos de aluvião que marginam os cursos de água os terrenos mais férteis.

Situação similar à do Castro de Sta. Marinha de Retorta tem o denominado Castro de Argifonso (18), localizado no lugar de Casais, em S. Pedro de Arcos. Os primeiros ocupantes escolheram um pequeno cabeço, cota 85 metros, que se destaca bem junto à margem sul do rio Este. À sua volta não haveria terrenos agrícolas de grande qualidade, mas transposto o rio, a escassas dezenas de metros, eles estendem-se por uma área assinalável, terras que hoje são a principal fonte de riqueza dos habitantes da freguesia. No perímetro do castro, também ele de diminutas proporções, não faltaria a mancha florestal e terrenos propícios à pastorícia numa extensão que poderia ir até às imediações da Cividade de Bagunte. Para além do fator agropecuário que terá sido a principal razão da sua implantação, haverá que contar com um outro, de índole estratégica. Aos pés do castro passava a velha "Via Veteris", aquela que passava no sopé do Castro Boi e atravessava o Ave no sítio da atual ponte D. Zameiro. Aqui, rumando a S. Pedro de Rates, atravessava o Este onde, na época romana ou já na Alta Idade Média, terá sido construída uma ponte, antecessora da atual que estará na origem do nome da freguesia (18).

O maior habitat da Idade do Ferro na área a norte do Ave é, de longe, a Cividade de Bagunte. Trata-se de uma povoação de razoáveis proporções, cintada por duas ou mesmo mais muralhas, servidas por um fosso ainda parcialmente visível a nascente e que, nos finais do século passado foi objeto de uma primeira intervenção arqueológica levada a efeito por Ricardo Severo e Fonseca Cardoso (19). Mais tarde, entre 1944 e 1946, foram efetuadas mais algumas intervenções sob a responsabilidade de Russel Cortez mas das quais, infelizmente, nada mais sabemos para além da pequena referência que o autor publica a propósito do Castro de Argifonso (20). Nas várias campanhas, na coroa, foram postas a descoberto algumas casas circulares providas, umas de átrio, outras com muros delimitadores de possíveis unidades familiares e um espólio que, sem ser rico, pelo menos o conhecido, o coloca a par dos demais castros escavados com cronologias e similaridades ocupacionais análogas.

A Cividade de Bagunte, hoje em estado de conservação deplorável, ocupa o ponto mais alto da metade norte do concelho. Do cimo do Monte da Soledade, avista-se todo o território até à foz do Ave e, para norte, o Castro de Terroso. No fundo, uma privilegiada situação para controlar

uma extensa área que se estendia da bacia do Este à do Ave e deste até à Foz. A sul, papel idêntico teria o Castro de Alvarelhos- hoje território de Santo Tirso (atualmente concelho da Trofa), bem nos limites com Vila do Conde- que controlaria não só o alvéolo de Alvarelhos /Santiago do Bougado, mas toda a extensão que se estendia, para poente, até às águas do Oceano Atlântico.

Por outras palavras, diríamos que, na Idade do Ferro, em época ainda não determinada arqueologicamente, a Cividade de Bagunte e o Castro de Alvarelhos seriam dois centros polarizadores de capital importância em obediência aos "princípios de ordenamento regional dos povoados castrejos segundo uma distribuição que parece obedecer a uma certa hierarquização" (22). A aceitarmos esta teoria, diríamos que a norte pontificava a Cividade de Bagunte e que, na sua área de influência, gravitariam o Castro de Argifonso no vale do Este, os "castros agrícolas" de Sta. Marinha de Ferreiró e de Santagões após a sua construção e, junto do mar, controlando a estrada natural e a embocadura do Ave, o Castro de S. João de Vila do Conde. A sul, algo de análogo se passaria já que, na órbita da grande metrópole que foi Alvarelhos- a provável *Uliaincae* da bouça de Sobre Sá (23) - estariam, sobre o Ave, o Castro de Sta. Marinha da Retorta, numa missão fiscalizadora do tráfego fluvial e dos pontos naturais de transposição e, bem no meio da campina inóspita e improdutiva na zona das Gândaras, palúdica e arbustiva nas zonas alagadiças, produtiva nas encostas e terrenos com boa drenagem, o documentalmente célebre Castro Boi de Vairão. Junto ao mar, vigiando o tráfego e assegurando o sal, produto de capital importância para as populações não ribeirinhas está o pequeno núcleo piscatório de S. Paio de Labruge. Ora uma tal situação, a acontecer, sugere um outro tipo de abordagem já que está relacionada com a distribuição e organização dos povoados e os territórios potenciais de cada um.

Se tomarmos como exemplo os modelos teóricos do "mínimo custo" e se adaptarmos ao caso presente a análise de áreas de exploração e territórios de influência "Site Catchment Analysis", iniciados por Vita Finzi e Higgs na década de setenta (24) e que, com sucesso, têm sido aplicados pela arqueologia espacial em períodos culturais e cronológicos diversificados, veremos que as comunidades da Idade do Ferro desta região podiam ter tido bem definidos os seus territórios de aprovisionamento sem necessidade de recorrerem a estádios de maior ou menor conflituosidade.

Segundo este tipo de análise, cada comunidade deverá encontrar os recursos de que necessita a uma determinada distância do habitat. Para as comunidades caçadoras-recolectoras, as potenciais áreas de aprovisionamento iriam até 10 Km de distância, isto é, até duas horas de marcha; já para as de caráter iminentemente agrícola tais áreas e distância desceriam para metade, 5 Km e uma hora respetivamente. Naturalmente que um modelo deste tipo, teórico como é, alicerça-se em territórios circulares estabelecidos a partir do centro, sem olhar à topografia e geomorfologia da região, seja ela em sentido amplo ou mesmo em forma de um micro- espaço. Porque a sua utilização traria distorções na análise de territórios com acentuados desníveis orográficos, quando em confronto com áreas onde predomina a uniformidade topográfica, como acontece, aliás a uma boa parte do concelho de Vila do Conde, preferimos servir-nos do processo de cálculo sistematizado por Davidson e Bailey (25), a que M.

Martins utilizou para a bacia média do Cávado (26). Queremos com isto dizer que as potenciais áreas dos habitats de Vila do Conde não foram estabelecidas em função de uma linha circular a partir do epicentro, ou seja, do próprio povoado mas tendo em conta as características do terreno que se traduzem numa carta em curvas de nível com equidistâncias regulares, mas um grau de afastamento entre si maior ou menor, consoante o declive seja muito acentuado ou a sua suavidade traduza a presença de um vale.

Em conformidade com os princípios teóricos de Davidson e Bailey, temos hipóteses de definir territórios para os castros da Idade do Ferro com duas horas, uma hora, trinta e quinze minutos.

Territórios de duas horas, isto é, de 10 Km, é situação só ao alcance da Cividade de Bagunte e do Castro de Alvarelhos. Mas nunca em tempo cronológico análogo, já que o círculo teórico traçado a partir de qualquer um dos habitats, alcança o outro. Seria uma situação insustentável para dois povoados com características de chefia nas suas áreas de influência e que dificilmente poderemos entender numa situação de dependência. Mas se tomarmos o Ave como linha separadora das áreas de influência, isto é, o rio como limite natural para a definição de estratégias económicas e a instalação de povoados satélites, o princípio pode ser aplicado se confrontarmos cada um dos habitas em relação ao mar. É que, quer um quer outro estão à distância de duas horas de marcha da costa e consequentemente de toda uma gama de produtos que com o mar estão relacionados. Assim, a aceitarmos um território de 10 Km em círculo para Alvarelhos e Bagunte, incluiríamos neles os demais habitats anteriormente assinalados e toda uma situação potencialmente geradora da mais diversificada qualidade de produtos que vão do sal e pesca, à agricultura, caça, produtos florestais e ao controlo de vias de comunicação e comércio. Se o território de duas horas não terá sido, em termos económicos, totalmente exequível por não acreditarmos que na sua génese tenham estado comunidades iminentemente de caçadores-recolectores, foi-o certamente, como já atrás o afirmamos, em termos estratégicos. Hierarquicamente, em função do ordenamento, se um território, tanto a Cividade de Bagunte como o Castro de Alvarelhos estavam situados no sítio ideal para liderarem o processo. Estavam suficientemente longe do mar para não se envolverem em ações de confronto imediato com a navegação hostil que demandasse a costa, mas relativamente perto para que desse facto pudessem tirar o máximo proveito. Tinham na sua área de influência mais próxima (territórios de 15 minutos, isto é, um círculo de 1, 25 Km), áreas agrícolas de boa qualidade como mais tarde se veio a comprovar com a instalação das "*villas*" romanas no Paço de Guilhabreu e no Paço de Alvarelhos, uma a ocidente e outra a Oriente desta localidade e na área da Quinta de Cavaleiros, encosta sul da Cividade de Bagunte.

Estamos convictos que a vocação primeira e mais forte daqueles dois povoados- talvez mais no Castro de Alvarelhos- foi a agricultura, isto sem pretendermos afirmar que o pastoreio não foi uma prática corrente. Ambas as comunidades terão sido aquilo que foram a grande maioria dos habitats pré- romanos, agro- pastoris com tendência para a prática agrícola. A existência de solos enxutos e agricolamente viáveis nas faldas destes povoados convidavam a isso mesmo, e talvez por isso consideremos os territórios de 5 Km ou uma hora de marcha aqueles que melhor e mais eficazmente potenciavam os recursos económicos de tão vasta área. Dentro desta ótica teríamos

uma Cividade de Bagunte que estenderia a sua influência para a margem norte do rio Este e a sul viria até às margens do Ave. A poente, a fronteira podia ser perfeitamente o curso do Este até à sua foz, deixando então a exploração económica da área a juzante para o Castro de S. João de Vila do Conde, terrenos agrícolas de bem pior qualidade, alagados uns, inóspitos outros, mas os interesses económicos dos seus moradores versariam mais o comércio, a pesca, o sal e a tributação da passagem do Ave do que propriamente o desenvolvimento de um setor primário como o agrícola.

Algo de semelhante podemos apontar para o Castro de Alvarelhos. Dentro dos 5 Km fica o riquíssimo, em termos agrícolas, alvéolo de Alvarelhos/Santiago de Bougado e a poente toda uma boa gama de terras enxutas e bem drenadas. Nas suas franjas ficava, especialmente a noroeste, uma extensa agra que, com alguns trabalhos de regularização e desmatação, podia ser aproveitada por uma "nova" comunidade. Terá sido assim que apareceu o Castro Boi de Vairão? Terá sido a necessidade de se colonizar uma nova área, nas franjas da comunidade-mãe que levou à instalação do pequeno Castro no cabeço de Sto. António? Não temos provas arqueológicas que o confirmem ou desmintam, mas em termos de fixação e exploração agrícola da costa, parece-nos que o Castro Boi é uma emanação de Alvarelhos como, mais a norte o é também, deste ou de Bagunte, o Castro de Sta. Marinha de Retorta. No caso concreto do Castro Boi, se lhe instituirmos um território de 15 minutos, isto é, 1,25 Km, ele não entra em conflito com nenhum outro, o mesmo sucedendo com o dobro, 2,5 Km que se estenderia até uma das linhas de água geradoras do rio Soutelo que bem poderia funcionar como fronteira económica entre os dois habitats. Parece ser evidente que a grande maioria dos castros do concelho de Vila do Conde nascem com vocação para a agropecuária e alguma pastorícia de permeio, especialmente os topograficamente mais altos e, por isso mesmo, com terrenos de monte apropriados. Todos eles possuíam territórios de 1,25 Km (15 minutos) e mesmo de 2,5 Km (30 minutos). Com territórios circundantes deste tipo, ficavam todos eles com um misto de agra e floresta perfeitamente independentes uns dos outros e sem necessidades de conflitos. É por esta mesma razão que vemos afastados para lá dos 5 Km, qualquer habitat que possa entrar em rota de colisão com as áreas adstritas aos habitats maiores- Bagunte e Alvarelhos. Eles, quando surgem vão para zonas não ocupadas, potencialmente virgens em termos de exploração económica e suficientemente longe para que um território não coincida com o do seu vizinho. As únicas notas dissonantes estão no Castro de S. João de Vila do Conde e de Sta. Marinha de Retorta. Neste caso, mesmo o território mais pequeno, o de 15 minutos (2,5 Km), traria a conflituosidade se aplicássemos o modelo teórico sem termos em linha de conta que o rio funcionava aqui como marco inamovível. Partindo do princípio que ambos os habitats se encontram por motivos de ordem estratégica, nas franjas dos seus territórios, torna-se então perfeitamente viável em função do seu tamanho, aplicar-lhe o modelo de território de trinta minutos, o que equivale aos 2,5 Km que, como já vimos no caso de S. João de Vila do Conde se poderia estender a uma área bem maior.

Se o Castro de S. João de Vila do Conde é um caso especial, também o parece ser o de S. Paio de Labruge. Teoricamente está dependente da estratégia organizativa e hierárquica do

Castro de Alvarelhos (2 horas de marcha/10 Km). Economicamente, embora potencie a pesca e a produção de sal, pode igualmente movimentar-se no campo agrícola devido a não ter falta de espaço porque o povoado mais próximo, o Castro Boi, está para lá de uma hora de marcha. Só que, as diminutas proporções do pequeno núcleo piscatório sugerem, quando muito, uma área que poderia ir até aos 15 minutos de marcha, ficando o restante espaço à espera de melhores dias e de mais braços, tanto mais que para norte estendiam-se algumas gândaras na época nada convidativa à fixação humana.

Território de 15 minutos de marcha teria também o Castro de Argifonso, em Arcos. Localizado num dos meandros do rio Este, teria um território iminentemente agrícola na margem norte do rio, onde hoje se situa a maior parte da freguesia e uma parcela de monte a sul, que exploraria conjuntamente com a Cividade de Bagunte de quem aliás estaria dependente.

E que dizer dos "castros agrícolas" de Santagões e de Sta. Marinha de Ferreiró? É indubitável que eles estão na área de influência da Cividade de Bagunte e localizados nas margens do Ave, tal como o de Sta. Marinha de Retorta, nas franjas dos potenciais territórios. Estes, e na linha do mesmo princípio, só poderiam ser de 15 minutos (1,25 Km) ficando, entre ambos, uma "área de ninguém", onde posteriormente irá aparecer uma ocupação de época romana, possivelmente uma ocupação do tipo "Villa agrária". Era, pode dizer-se, uma área suficientemente ampla e com viabilidade económica para as escassas dezenas de famílias que morariam nestes habitats, cuja originalidade residirá não tanto na cronologia mas na maneira como construíam as suas defesas. Estas, eram feitas à base de um talude seguido de um fosso e de uma muralha feita com a terra dele extraída, sendo este um sistema simples mas extremamente eficaz. Fruto da evolução interna do sistema que adaptará as defesas às características específicas do momento ou prova de aculturação, em virtude das suas afinidades com as defesas dos acampamentos romanos (27), estamos convencidos que, em termos cronológicos, são um dos elementos que melhor caracteriza os primeiros tempos da Romanização na orla litoral do Entre-Douro-e-Minho.

Tenha a Romanização começado com as campanhas de 133 a.C. de D. J. Brutus, com Júlio César em 61 a. C., ou somente quando Augusto se decidiu a conduzir pessoalmente, entre 2625 a. C., a guerra contra Asturas e Cântabros, o certo é que ela dará os primeiros passos, seguros e firmes, já no decurso do século I a. C. Prova disso são o incremento dos contactos comerciais com o Mediterrâneo de onde chegam as ânforas carregadas de vinho e de azeite, as cerâmicas campanienses, objetos de adorno, a moeda, o moinho circular, a ortogonalidade urbanística, o gosto pelas casas cobertas a telha (tégula) e a aceitação do princípio de que uma casa quadrada pode ser tanto ou mais funcional que a tradicional habitação circular. Com os soldados romanos chegou a administração, tão naturalmente como veio o fisco. Este vivia basicamente à custa das prestações dos povos conquistados e, no caso presente, dos recursos naturais mais salientes. Como o setor mineiro passou, com a conquista, a depender dos magistrados imperiais, restava a produção agropecuária, aquela para a qual a região estava verdadeiramente vocacionada em virtude do binómio clima/geomorfologia.

Antes da conquista, a *Gallaecia* estava organizada em territórios dependentes dos "populi" ou

“civitas” que, por sua vez se subdividiam em unidades menores a que a epigrafia da época romana apelida de “castella”. Por outras palavras, diríamos que dentro do quadro de cada “populum”, possuidor de um território controlável, haveria um determinado número de pequenos habitats que, embora possuíssem o seu próprio espaço, viveriam numa situação de dependência face ao habitat- metrópole. Como já atrás referimos, no caso vertente do atual território de Vila do Conde, tal papel caberia à Cividade de Bagunte e ao Castro de Alvarelhos. O problema estará, tão somente, em sabermos se albergariam um “populum” ou uma unidade gentilícia suprafamiliar como parece ser o caso dos *Uliaincae* de Alvarelhos (29).

Torna-se evidente que os territórios potenciais de cada habitat, que já existiam à data da conquista romana, tinham parcelas de *ager* e de terras não cultivadas em proporções maiores ou menores consoante os sítios de implantação ou o tipo de economia que presidia aos seus destinos. Mas sendo já a agricultura a sua vocação primeira, não estava suficientemente desenvolvida a ponto de produzir excedentes, pelo que isso implicava, cada vez mais, a procura de novas áreas de cultivo fora do raio mais próximo do habitat.

Aprofundando a questão, os moradores dos castros foram obrigados, devido ao fisco romano assim o exigir, a aumentarem a área cultivada à custa da desmatação, drenagem de zonas mais lentas e a avançarem para terras que ainda hoje a toponímia designa genericamente por “Gândaras”.

O fenómeno da “descida” de famílias para áreas mais próximas do litoral ou de cursos de água, é algo que ultrapassa o quadro do concelho de Vila do Conde. Ele está bem presente na bacia do Lima (30) e no curso médio do Cávado (31). Não terá a ver, certamente, com imposições emanadas da administração romana, em especial a militar, à qual não agradaria muito a presença de um considerável número de homens atrás de imponentes sistemas defensivos, mas mais com fenómenos normais de cisão que ocorreriam ciclicamente nos castros de povoamento mais antigo. Com isto queremos dizer que o interesse pela terra como produtora de bens não surgiu somente com a chegada dos romanos e que a construção de novos habitats se deverá ter processado ao longo do meio milénio anterior. Durante este período, o crescimento populacional no interior dos castros existentes obrigará à cisão e, logicamente à procura de um novo território, se possível nas franjas do anterior. A novidade está, tão somente, em que tal processo se acelerou em certas regiões, com características agrícolas consideradas excelentes, quando a administração romana fez a sua aparição. A escolha do sítio também não foi obra do acaso. É sintomático que o novo habitat, provido de um sistema defensivo adaptado às circunstâncias mas funcional, se vai instalar dentro da área de influência do Castro principal mas suficientemente longe para não colidir com a área que se poderia considerar vital. No caso concreto de Santagões e Ferreiró, ao posicionarem-se em plena campina e a bordejarem o rio, mais não estão a fazer que cumprir duas das regras que se observam neste tipo de povoados: proximidade a uma linha de água de bom caudal e inserção na paisagem agrária. No fundo, transformaram em terras cultivadas extensas áreas de aluvião cobertas de arbustos e matagais que até aí não tinham, a não ser escassamente, merecido a atenção dos moradores dos castros do alto. Com o aparecimento dos “castros agrícolas”, pode dizer-se que o processo romanizador se acelarará a

ponto de criar, no seio da sociedade castreja, os gérmens da desagregação, primeiro passo para a aceitação e identificação com processos aculturadores exógenos.

A Romanização no Concelho de Vila do Conde

O inventário dos sítios com vestígios atribuíveis, em princípio, à época romana, atinge as duas dezenas e meia, entre necrópoles, epígrafes, *villas* ou outro tipo de povoamento somente identificável a partir de materiais bem genéricos como o são as tégulas. Como é óbvio, não podemos esquecer os habitats da Idade do Ferro, aqueles que viram desfilar, a partir de finais do século II, as legiões de D. Junius Brutus ou vogarem a caminho do Cabo de Finisterra as embarcações de Júlio César. Serão os indígenas destes habitats, os principais agentes da transformação, ao adotarem uma nova onomástica, ao sacrificarem aos novos deuses, ao assimilarem as mais diversas formas do modo de vida dos conquistadores romanos. Serão eles quem, ao fazer a aproximação aos vales, incrementarão a produção agrícola, fomentarão o aparecimento de uma série de pequenos habitats nas planícies, junto de cursos de água e iniciarão a individualização exploratória dos terrenos agrícolas, situação totalmente nova numa sociedade em que o sentido gregário tinha sido, até aí, opção única.

Destes habitats, os “castros agrícolas”, referidos já no capítulo anterior, poderão ser seus contemporâneos. Provas reais não temos, porque faltam escavações, materiais conotados com as ocupações e, naturalmente, as seriações cronológicas. Apesar de tudo, observando o espaço geográfico de inserção, a procura de soluções ocupacionais e a exiguidade do espaço habitacional no interior das respetivas acrópoles, diríamos que castros como Sta. Marinha de Retorta, Casais ou Castro Boi de Vairão, poderão ter aparecido no mesmo ambiente cronológico dos “agrícolas” e serem, à partida uma outra forma de ocupação do espaço agrário.

Se analisarmos cada um dos povoados por si, tendo em conta os dados disponíveis, veremos que alguns deles tiveram bons índices de romanização e uma grande longevidade em termos ocupacionais. Comecemos pelos maiores, aqueles que foram centros de poder regional, isto é, pela Cividade de Bagunte e pelo Castro de Alvarelhos.

A Cividade de Bagunte escavada entre os finais do século passado e os primeiros anos do século XX pela dupla Ricardo Severo e Fonseca Cardoso (32) e nos anos quarenta por Russel Cortez (33), mostrou, até agora, evidentes sinais de influências exógenas através de um espólio variado com cronologias que vão do século II a.C. até estados adiantados da romanização. São estas, pelo menos, as hipóteses de datação que sugere o espólio guardado no Museu de Antropologia do Porto e que provêm da escavação de 1903, realizada sob a direção de Ricardo Severo. É um material diversificado no que toca à cerâmica indígena. Predominam os tradicionais vasos de cozinha como os tachos, as tigelas e os potes, embora também sejam significativos os jarros, os púcaros e sobretudo os dólios, recipientes cujo uso oscilaria entre o transporte de líquidos e o armazenamento de cereais. Para além destas produções locais que são, grosso

modo, comuns à grande maioria dos povoados da Idade do Ferro nesta região, há que contar ainda com as cinzentas finas e algumas imitações de cerâmicas de luxo, como o caso das sigillatas. Nestas, o destaque vai para as produções hispânicas representadas através de forma drag. 15/17, 18, 24/25 e 27, cujas cronologias oscilam entre a segunda metade do século I e o II d. C. Se lhe juntarmos parte de uma lucerna com paralelos em produções dos finais da República e dois cadinhos (34), ou depósitos ligados à metalurgia de objetos preciosos (35), teremos uma realidade bem heterogénea, mas que espelha a multiplicidade dos contactos e das relações económicas com as mais diversas partes do mundo mediterrânico romano. E se dúvidas houvesse no que toca às cerâmicas, essas dissipavam-se com o conjunto de taças gomadas, em vidro, datáveis do século I, e com o pequeno fragmento de um "Millefiori", algumas contas em pasta vítrea e alguns objetos em bronze, onde se destacam um pequeno anel e o cabo, decorado com losangos e rematando em forma de cabeça de animal, de uma faca da época romana. Mas o achado mais significativo é o conjunto de torques de prata encontrados durante as investigações levadas a efeito por Russel Cortez, noticiados em 1951 pelo investigador galego Lopez Cuevillas (36), mas cuja publicação nunca se chegou a efetuar. Armando Coelho, analisando a sua tipologia, incluiu-os na Fase III que se inicia, segundo o autor, com as campanhas de D. Junius Brutus, isto é, entre 138 e 136 a. C. (37). Para rematar, diríamos que a romanização está também patente nas casas quadradas e retangulares que, na coroa parcialmente escavada, se misturam com as circulares fornecidas de vestíbulo, tanto uma como outra a tender para a ovalidade. Completa-se com a tégula que cobria, nesta fase, as casas, no uso da mó manual e fornos individuais para a cozedura de pão, com as pedras das habitações e muros de divisão a demonstrarem um uso bem vincado do pico e do esquadriamento das pedras, mesmo quando colocadas na tão celebrada posição helicoidal.

Tal como a Cividade de Bagunte, também o Castro de Alvarelhos mantêm, nos inícios da romanização, a sua importância estratégica. Localizado num dos cabeços que formam o Monte Grande, domina a nascente o extenso e fértil vale de Alvarelhos/Bougado e a poente toda a área que, gradualmente, desce até às areias da costa atlântica.

Apesar da ausência de escavações sistemáticas- as mais conhecidas são recentes (38), pondo a descoberto casas rectangulares- há, em todo o aro da estação arqueológica, suficientes vestígios para augurar uma romanização intensa que se prolongou muito para lá do término da ocupação romana da Península Ibérica. Os vestígios conotados com o mundo romano são muitos e variados, desde a cerâmica de importação, aos metais e aos elementos de construção. Nos primeiros, o destaque vai para as ânforas, com as formas 7-11 de Dressel e Lloris para as sigillatas hispânicas, algumas produções bem tardias, isto é, dos finais do Império; para as lucernas, uma delas de tipo aberto, com cronologias que apontam para o Baixo Império (40) e para a enorme variedade de cerâmica comum da época romana à mistura com grandes quantidades de tégulas.

Nos metais, de bronze, para além de um Umbo de escudo Laténico, datável da parte final do mundo castrejo (41) e de uma ou outra fíbula, o destaque vai para um possível arreio de cavalo e para um remate decorativo de um móvel ou carro representando uma Nereida (42). De ferro,

conhece-se um machado noticiado em 1930 por R. Serpa Pinto (43) e em prata o fundo de uma pátera encontrada na quinta do Paiço, vertente nascente do povoado e que tem gravado um guerreiro barbado, circundado por uma inscrição latina (44). Se para Leite de Vasconcelos, a figura representada é o deus indígena Arqui e o ofertante é um tal Saur(us) (45), ideia com a qual está de acordo J. M. Blasquez, por considerar que o nome do deus se encontra incompleto (46). Já o mesmo não pensa C. A. Ferreira de Almeida, para quem a pátera fora dedicada ao deus Marte por um antigo escravo romano (47).

Mas o grupo mais importante é, sem dúvida o das moedas. Algumas foram noticiadas por José Fortes (48) e outras, à volta de 523, em prata, apareceram em 1964/65, embora o achado maior que rondava as 5000 moedas mais alguns bolos de prata (49), data de 1971 quando em Sobre- Sá se procedeu ao corte de pedra. Sem dúvida que é um importantíssimo tesouro monetário, reunido num curto período e que testemunha uma intensa circulação de denários, assim como um ocultamento relacionado com as guerras de 29-19 a. C. Para Rui Centeno, a grande abundância deste tipo de moedas na região galaica, justificar-se-ia pelo elevado número de tropas aqui acantonadas, o que implicava a vinda de grandes somas para o pagamento do *stipendium militare* (50).

A pedra aparelhada abunda em toda a área do Castro e é vulgar encontrá-la incorporada nas construções atuais ou nos muros de suporte ou divisão de propriedades. Testemunho de edifício mais majestoso que as normais habitações retangulares ou circulares dos castros romanizados, é um capitel do tipo toscano provincial aparecido em Sobre- Sá (51), o local onde apareceu o tesouro monetário e até onde se expandia a área ocupacional do Castro no período máximo da sua pujança económica. Foi, aliás, nesta mesma zona que em 1972 apareceu uma lápide segundo a qual, os Madequisences tinham erigido de livre vontade aquele monumento a Ladronus Antonius, filho de Camalus (52). Achado epigráfico que não era único pois, nos inícios do século, “nas abas do Castro de Alvarelhos”, havia aparecido uma ara dedicada a um deus típico e local (54), por um tal Saturnino, filho de Caturão, ara essa que se encontra no Museu Nacional de Arqueologia. O conjunto completa-se, para já, com um miliário de Adriano, guardado na Quinta do Paiço (55), o qual testemunha que a via romana Olisipo- Bracara Augusta, passava nos limites de Guilhabreu, descendo por Alvarelhos para o Vale de Santiago de Bougado onde atravessaria o Ave, certamente no lugar do Vau. Tal traçado colocava nas suas imediações a grande urbe que era o castro, fosse ele a Avóbriga referida por Plínio (56) ou um importante Vici ou Castella (57), cujo crescimento e importância pode ter a ver com o trânsito comercial que corria pela via ribeirinha.

Nos demais habitats indígenas, vestígios romanos conotados verdadeiramente com a romanização, somente os possui o Castro de Sta. Marinha de Retorta. Pertencem-lhe quatro taças romanas em vidro, datando do século I as três caneladas e do século V ou VI a semi-esférica, as quais se encontram à guarda do Museu da Sociedade Martins Sarmento (58).

Nos restantes, os sintomas materiais ficam-se pela maior ou menor abundância de tégula e por um ou outro fragmento de cerâmica comum da época romana. Esta situação, na nossa maneira de ver, não perspetiva uma ausência ou um volte- face por parte dos indígenas às

mutações que a geografia sócio- económica da região começa a sofrer, nem tão pouco à dinâmica que a chegada dos romanos acabará por impor a uma sociedade há demasiado tempo acomodada aos valores tradicionais. A mudança será lenta ou mais rápida, consoante os agentes intervenientes ou a predisposição das populações para a aceitarem. Por outro lado, não podemos esquecer o posicionamento geográfico, fator que contribuirá decisivamente para a implantação e difusão de novas ideias. Zonas de interior, por razões óbvias, terão sido menos permeáveis a fatores exógenos, ao passo que áreas abertas e litorâneas, rasgadas por um rio navegável como o Ave estariam, à partida, mais predispostas a comungarem dos ventos da mudança.

A romanização começou pelas populações dos castros, sendo elas as verdadeiras autoras da revolução. Para o efeito, não necessitaram de abandonar, prontamente e em massa, os seus povoados tradicionais. Para desbravarem e desmatarem as terras enxutas das encostas ou iniciarem a secagem das terras mais húmidas localizadas nos vales e nas imediações dos cursos de água sujeitos às cíclicas subidas das águas, não precisaram de deixar as casas dos castros e construir outras junto das novas unidades de produção. A situação permaneceu mais ou menos estática no decurso dos primeiros séculos, apesar de se registarem algumas exceções, o que condiz com a ideia de que a estruturação do espaço geográfico se processava a ritmos diferentes consoante as populações eram mais conservadoras ou estavam mais predispostas aos desafios. Poderíamos dizer como Isnard (59) que “a posse de um espaço é pois uma necessidade vital para uma sociedade” que, por sua vez o organizou segundo as suas conveniências; ou se isolou por famílias em habitats dispersos pelos campos ou continuou agrupada em aldeias no centro dos seus potenciais territórios. Uns ficaram-se pelo aconchego das muralhas, participando de uma vida comunitária, ancestral em muitos dos seus aspetos mas que começa a fissurar-se perante a exogenia da novidade e a pressão de uma cultura diferente, embuída de uma forte dinâmica de assimilação. Os que partiram, por convicção ou simples desejo de mudança, acabaram por construir os novos lares junto das novas terras arroteadas ou onde os interesses económicos, ligados ao comércio, à navegação ou aos produtos do mar, o exigiam. Os homens dos castros, aqueles indígenas que intuíram os ventos da mudança, perceberam que a estruturação do espaço geográfico que os envolvia, não mais poderia ser comandada a partir dos tradicionais centros de decisão e que havia chegado a hora de um maior individualismo à custa da desagregação das formas coletivas em que a organização comunitária tinha estado mergulhada.

As novas formas do Habitat

"Todas as civilizações têm em comum a intenção de organizar o seu espaço com o fim de assegurar a sua sobrevivência". (60)

Esta afirmação é tão verdadeira como parece ser aquela que afirma que o modelo ocupacional romano, o qual promoveu a instalação de colonos ou veteranos e favoreceu a criação da grande propriedade agrícola, "não teve aparentemente qualquer impacto no Noroeste" (61). Para se compreender o fenómeno, é preciso notar que a *Gallaecia* e as terras mais a norte têm características geomorfológicas bem diferentes do centro e sul da península e que, ao contrário das grandes planuras, no noroeste imperam os grandes desníveis orográficos, os vales encaixados, um complexo sistema alveolar que condiciona as comunicações, favorece o isolamento e obriga ao parcelar da propriedade devido a uma densidade populacional bem significativa, de que é testemunho certo o grande número de habitats que povoavam esta parte da Hispânia (62).

É neste cenário de reduzida vida urbana, um dos símbolos da romanização para os defensores de uma visão tradicional (63), mas de intensa exploração económica baseada na exploração mineira e no aumento progressivo da atividade agrícola que devemos centrar o estudo que nos levará a tentar compreender os parâmetros em que assentou a romanização e, em especial as novas formas do habitat no atual concelho de Vila do Conde.

Já atrás dissemos que no dealbar da Era, a população, à falta de cidades- a mais próxima e única no Entre-Douro-e-Minho era Bracara Augusta- se encontrava distribuída pelos castros tradicionais, pelos móveis "castros agrícolas", começando a dispersar-se, ainda que em número reduzido, pelos campos, instalando-se em pequenos casais (*AEDIFICIAE*), ou formando o embrião de futuras *VILLAE* que, ao contrário das suas congéneres do sul, serão portadoras de reduzido *fundi* e que, mesmo possuindo colunas e capitéis, lápides funerárias e aras, mosaicos e um bom acervo de material cerâmico importado, nunca atingirão a monumentalidade arquitetónica daquelas.

A avaliação dos sítios com vestígios conotados com a romanização faz-se a partir da deteção de materiais espalhados pela superfície, sujeitos ao revolvimento, à erosão, às lavragens, às cíclicas limpezas das áreas cultivadas. Resistem, normalmente mais, os materiais de construção, isto é, as tégulas, os imbrices e a tijoleira, embora sendo a sua cronologia lata fique sempre uma grande dúvida quanto à seriação cronológica. É hoje ponto assente ter a tégula ultrapassado o fim do mundo romano e o seu uso e fabrico ter chegado, muito provavelmente, até ao período moçárabe. Ora, quando confrontados com tais vestígios como único elemento caracterizador de um determinado sítio fica, à falta de outros dados, quase um milénio por decifrar. Mas para além da tégula, outros elementos há capazes de ajudar a perceber o processo colonizador das encostas e dos vales e a precisar, com mais realismo, as etapas cronológicas. Referimo-nos, muito em concreto, à cerâmica comum da época romana, às cerâmicas importadas com destaque para as sigillatas, às paredes finas, às lucernas, às ânforas, aos vidros, moedas, objetos de ourivesaria, sejam eles funcionais ou meramente decorativos; aos mosaicos, colunas, capitéis, pedras almofadadas, necrópoles, lápides funerárias, aras, edifícios, vias, pontes, estruturas portuárias, etc. Todos eles têm em comum o facto de serem resquícios de um

determinado tipo de sítios que tentaremos ordenar de seguida, em função da sua presença e distribuição:

1- VILLAE

Como potenciais candidatos teremos todos aqueles sítios em que a dispersão de cerâmica romana, sobretudo as tégulas, cubra uma área suficientemente ampla e esteja associada em princípio, a vestígios arquitetónicos, material epigráfico, mosaicos, colunas e capitéis.

2- CASAIS

Por casais ou *aedificiae* entenderemos todos aqueles locais onde, para além da tégula, possa haver cerâmica comum de época romana, restos de muros de antigas habitações e estruturas de apoio.

3- NECRÓPOLES

Por necrópoles entenderemos os locais onde tenham aparecido, na sua diversidade ritual e tipológica, enterramentos, associados ou não a monumentos epigráficos, mas onde haja garantidamente estruturas e espólio funerário condizente.

São cerca de dezena e meia os sítios onde aparecem sinais da evidente presença de populações que viveram e participaram, conjuntamente com as dos castros tradicionais e agrícolas, no processo romanizador. Mas olhando para o mapa concelhio e para a sua desigual distribuição, fica-nos a impressão que o método ocupacional não foi linear e que houve entraves, por vezes certamente sérios, à instalação daqueles que apostaram na mudança. Se analisarmos a geomorfologia da região, fácil será perceber que os impasses e a tardia ocupação de algumas áreas se ficou mais a dever à natureza e situação dos solos que propriamente a razões de ordem institucional. Estas, a terem existido, só terão tido realmente força no decurso do século I, quando o território ainda se encontrava, por força da política romana para a região, sob o controle direto dos *Populi* e, no interior destes, dos *Castella* (64), acabando por se esbater à medida que se foi processando a aplicação da *adsignatio (do) (?) ager*, isto é, a partir do momento em que se foi distribuindo o *Ager* a *Conductores* particulares, a privilegiar-se a individualização, o que acarretará, com a chegada dos Flávios ao poder (65) a desagregação do tradicional modo de vida das populações castrejas.

Mais que a imposição férrea da vontade do vencedor, terá pesado a política de privatização das terras, que está na génese da dispersão gradual das populações e ao aparecimento de um novo tipo de habitat modesto (casal) ou mais amplo (*villa*), consoante a quantidade e a qualidade do *fundus* atribuído. Mas contra o avanço da colonização agrária jogou muito mais, no nosso entender, a situação real dos territórios dos castros. São posições bem concretas como a arborização, as zonas alagadas, encharcadas e palúdicas, as áreas pedregosas e arenosas, os terrenos onde a vegetação era indiciadora de uma baixa qualidade agrária, as quais irão decidir e influenciar a procura de novas áreas de instalação e cultivo.

Tivemos o cuidado de referir na introdução que o quadro florestal na antiguidade clássica era, sem dúvida muito mais completo e denso que o atual. Disso faz eco a toponímia ao referir, na Idade Média, algumas povoações apelidadas de "Vila Verde" e ao mencionar um grande número de soutos. Por Soutos, entendemos a presença de Carvalhos e Castanheiros, as árvores que dominariam o panorama florestal de então. Se lhes juntarmos os Amieiros que estão na origem da freguesia de Mindelo, os Sobreiros, o mato, as giestas, as silvas e os espinheiros, teremos um quadro bem aproximado do que seria uma boa parte dos montes, encostas e áreas próximas dos cursos de água. Se nestas zonas, os móveis colonos encontravam dificuldades de instalação, somente ultrapassáveis através de processos de desmatação, talvez a roça e a queima, método que terá servido à agricultura castreja (66), não tenham abrandado quando resolveram procurar terras ao longo da orla litoral e nas áreas confinantes com os vários cursos de água. Aqui também, os obstáculos eram de monta, se nos lembrarmos que a toponímia regista, em ambas as margens do Ave, zonas alagadiças onde cresciam e se desenvolviam, entre outras plantas, os juncos. Ao longo da costa proliferavam as gândaras, locais propícios ao crescimento das espécies arbustivas, nada convidativas à fixação de habitações concentradas ou dispersas. O interesse por estes terrenos só surgirá muito mais tarde, quando o crescimento demográfico conduzir à procura de novas áreas de cultivo e ao consequente aproveitamento de zonas até aí marginalizadas.

Uma análise ao quadro distributivo dos vestígios de época romana no concelho de Vila do Conde diz-nos que a escolha dos locais recaiu em zonas estratégicas (caso da *Villa* Romana das Caxinas- Vila do Conde), em terrenos de meia encosta com boa exposição solar (Quinta dos Cavaleiros e Vilar- Bagunte) ou em declives suaves (Palmazão e Paiço de Guilhabreu). Quando remetidos para a proximidade de cursos de água (Vila Verde- Bagunte), ou para a faixa litoral (Modivas, Vilar e Mosteiró), escolheram terras enxutas, agricolamente rentáveis, bem distantes das áreas palúdicas ou facilmente invadidas pela subida cíclica das águas, já para não referir os solos de qualidade inferior ou com deficiente exposição solar.

Neste espaço ergueram-se, ao longo da romanização, *Villas, Aedificiae* e Necrópoles que não têm, como é evidente, uma cronologia comparada, nem um desenvolvimento concertado. Diferentes foram também as motivações que presidiram à escolha do sítio e o fim a alcançar. Naturalmente que o processo de instalação diferiu de sítio para sítio, como diferentes foram os processos evolutivos e a longevidade de cada um. De todos pouco sabemos, tentando, mesmo assim analisar cada um por si e sugerir cronologias, quando houver elementos suficientemente sólidos para o podermos fazer.

No aro da atual cidade de Vila do Conde, há documentados vestígios nas Caxinas, em Formariz, Quintela, Argivai e, um pouco mais longe, no morro onde se ergue a igreja de Touguinhó. No caso dos primeiros, sabemos aí haver uma *Villa* e uma importante necrópole; no tocante aos demais, estão certamente relacionados com casais de maior ou menor expressão, salvo no caso da igreja de Touguinhó, onde a probabilidade maior aponta para uma necrópole da Alta Idade Média.

Nos terrenos onde hoje se ergue a Escola Secundária José Régio, bairro do farol e adjacências, existiu uma importante *Villa* Romana, da qual há um razoável conjunto de peças cerâmicas, provenientes da respetiva necrópole que se situava do outro lado da Av. Júlio Saúl Dias e parcos conhecimentos sobre a área ocupacional.

As razões deste fragmentado conhecimento, estão na ausência de uma intervenção atempada no sítio onde se iria construir e na falta de uma política concertada quanto à salvaguarda do património arqueológico.

Situada nas proximidades do mar e a pequena distância da foz do Ave, estava estrategicamente colocada para liderar desde cedo um complexo processo económico.

Os materiais mais antigos- recolhidos numa sondagem efetuada pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho- são produções indígenas, isto é, cerâmicas semelhantes às dos vários castros da região. Terão sido levados pelos primeiros habitantes do sítio, o que aliás está de acordo com o que conhecemos de outros sítios, alguns deles também localizados a curta distância do mar. A *Villa Menendi*, na Apúlia (67); a *Villa* Romana do Paço de Vila Cova, em Barcelos (68); a *Villa* Romana da Quinta do Paço Velho da Facha, em Ponte de Lima (69) e a *Villa* Romana do Forte de Lobelhe, em Vila Nova de Cerveira (70), possuem cerâmicas dos finais da Cultura Castreja, tendo na sua génese uma ou mais famílias que, desde o início, alinharam e colaboraram na mudança apoiada e certamente patrocinada pela administração romana.

Os primeiros ocupantes do sítio onde, entre o século I e o II, nascerá a Villa Romana, terão vindo, com grande dose de probabilidade do vizinho Castro de S. João que, como já vimos, teria a missão de vigiar e controlar a navegação para o interior do Ave e o trânsito que se fazia ao longo dos caminhos que sulcavam o litoral. Desconhecemos em absoluto qual a relação entre o Castro e estes isolados ocupantes, bem como a evolução do processo. O que não nos custa admitir é que, ao instalarem-se, terão construído habitações circulares, à imagem do que acontece nas *Villas* romanas da Facha e Vila Cova, tendo usado as louças tradicionais. Economicamente, dedicar-se-ão à agricultura, à pesca, à salinicultura e a atividades que lhes permitirão comercializar os seus produtos e lançar as bases de um controle de todos aqueles que aportassem à foz do Ave ou que, transitando pelo litoral, pretendessem atravessar o rio.

O posicionamento da Villa foi, na nossa perspetiva, inteligentemente pensado, como aliás o foi a vizinha do Alto de Martim Vaz, na Póvoa de Varzim (71), e um pouco mais distantes a Villa Menendi na Apúlia e de Fontão- Lavra, em Matosinhos (72). Todas elas estão localizadas nas imediações do mar do qual extraíam o sal e o pescado, produtos mais que necessários à subsistência da Villa e das populações ribeirinhas. Se lhe juntarmos, no caso das Caxinas, uma vigilância do que se passava na desembocadura do rio e um controle sobre os produtos importados e exportados através da barra do Ave, poderemos imaginar quão importante era a posse de um sítio como aquele.

Mas há que contar também com o fator geográfico e em especial, com a qualidade do solo. É evidente que o posicionamento da *Villa* na margem norte do Ave, não é fruto do acaso. Aqui, a costa é mais alta, menos sujeita às influências marítimas e com solos de relativa qualidade, a nascente. Pelo contrário, a sul havia a área encharcada do sapal de Azurara que se estendia até

ao atual lugar de Areia, tendo que se procurar as terras agrícolas mais para o interior pois, para sul da Areia havia uma sucessão de gândaras nada convidativas a uma fixação humana, baseada numa atividade económica como era a agrária. Não é por acaso que, no aro da *Villa* das Caxinas, surgem uma série de ocupações- Argivai, Formariz, Quintela, Touguinhó- só para referir as mais próximas, encontrando-se a ocidente do rio Este. Pelo contrário, a sul do rio e a poente da atual estrada nacional, não documentamos até Modivas nenhuma ocupação da época romana. Tal facto é significativo e tem a ver, fundamentalmente com as condições geológicas da área que, na época romana, estaria ainda longe dos aproveitamentos que o futuro lhe reservaria.

Uma *Villa* tinha um território potencial, certamente descontínuo (73), tal como mais tarde se documentará na Idade Média (74). A clássica tríade agro- silvo- monte, poderia ser facilmente encontrada nas imediações, sobretudo num momento em que a densidade populacional, apesar de em crescendo, não impunha ainda a ocupação de áreas marginais. Cada uma teria um território vital para a sua sobrevivência e crescimento económico. Só que, no caso vertente, desconhecemo-lo em absoluto. A poente e sul seriam certamente o mar e o rio as suas fronteiras naturais; a norte teria de haver um equilíbrio entre ela e a sua congénere do Alto de Martim Vaz. Domínio territorial possível, só para nascente, naturalmente que este se poderia alargar até às margens do rio Este. A ter sido assim, haverá que explicar como em fase inicial se processavam as relações económicas e institucionais entre a *Villa* e o Castro de S. João, ou então aceitar que no decurso do século I aquele já havia perdido a sua importância, a ponto de os moradores, voluntária ou por determinação do móvel quadro político e administrativo, terem aceite as novas regras do jogo. Mas mesmo que assim fosse, sobram as interrogações. A *Villa* tem uma existência garantida até ao século IV. Prova-o, pelo menos, o espólio recolhido na sua necrópole (75). Então que relação haverá entre ela e os vestígios de Formariz, Quintela, Argivai e Touguinhó? Explorações agrárias independentes ou parcelas do *fundus* dominial entregues a colonos? Confessamos que, no atual estádio dos nossos conhecimentos desconhecemos a resposta.

O conhecimento material mais alicerçado da Villa das Caxinas, vem-nos da sua necrópole. É ela que fornece a seriação cronológica, pelo menos a partir do momento em que os seus materiais foram estudados (76). Entre eles avultam as cerâmicas de importação, com destaque para as sigillatas hispânicas (Drag. 15/17, 27 e Ritl. 8) e clara C, onde pontifica a forma 31 de Hayes, a par de alguns vidros, bastante fragmentados. Da mesma altura são uma lucerna cor de salmão, originária de um centro produtor da região de Braga, bem como um razoável acervo de formas usuais na cerâmica doméstica do dia- a- dia- jarros, púcaros, potes, malgas e pratos- algumas das quais cobertas, interiormente com engobes inspirados nas produções vermelho-pompeianas, ou que imitam ou recordam formas produzidas olarias dos fabricantes de Sigillata.

Cronologicamente contemporâneos da fase mais antiga da Villa das Caxinas, poderão ser os vestígios da Quinta dos Cavaleiros, em Bagunte. Esta enorme propriedade agrícola, murada, mas a poente retalhada em vários proprietários, está situada na vertente meridional do Monte da Cividade, decalcando, mais ou menos uma anterior ocupação do Bronze Final (77).

Do ponto de vista agrícola, a vertente meridional da Cividade é, de longe a mais extensa e a mais produtiva, enquanto as restantes, ou são uma sucessão de terrenos próprios do monte, ou

são demasiado húmidos e pantanosos, como seriam os da aba oriental, onde hoje se fabricam alguns dos campos de Outeiro Maior. A vertente sul que desce suavemente até ao Ave, enxuta, de fácil drenagem e provida de boas nascentes, obviamente que convidava à fixação. Seria nesta área, especialmente na zona mais próxima das muralhas do castro, que estariam os campos dos moradores daquela povoação da Idade do Ferro. É por isso que não estranhamos que, com o início do povoamento do vale, sejam ocupados dois pequenos montes onde surgirão os "Castros Agrícolas" de Sta. Marinha de Ferreiró e de Santagões (Bagunte) e que áreas intermédias e marginais aos povoados em questão sejam em momentos cronológicos não sincrónicos, por sua vez, ocupados. Estão neste caso, para além da já mencionada Quinta dos Cavaleiros, Vilar e Vila Verde.

Os terrenos agrícolas da Quinta dos Cavaleiros propiciavam uma exploração agrária do tipo *Villa* de época romana. A proximidade do Castro era convidativa à fixação de uma ou mais famílias. Mas a ter existido, muito pouco resta para que dela possamos falar com segurança. Os fragmentos de cerâmica indígena, à mistura com tégula e um ou outro fragmento de cerâmica comum de época romana, parecem sugerir uma datação próxima da *Villa* das Caxinas, isto é, séc. I d. C. Alguma pedra aparelhada com o talhe e a volumetria característica dos exemplares de época romana, podem ser observados nos muitos muros de suporte que abundam no interior da Quinta, embora tudo isto seja muito pouco para caracterizar uma ocupação que presumimos grande e importante no panorama económico de então. Talvez o elemento mais consistente ainda sejam os dois vasos cerâmicos, guardados no Museu de Antropologia do Porto, cuja nota refere provirem de uma necrópole existente na Quinta dos Cavaleiros. Analisados, não enganam. São produções típicas da época romana, usuais em sepulturas de inumação. Desconhecemos, porém, a sua exata localização, o contexto e, obviamente a cronologia.

De difícil caracterização é, também a ocupação centrada à volta do lugar de Vilar. Segundo Russell Cortez, em terrenos pertencentes "ao Sr. Adelino da Costa e Silva, foram encontrados restos arqueológicos- fragmentos de louças domésticas, bocais de ânforas, pedras de moinho, cantarias lavradas, etc- (...), confirma a existência ali, nos tempos dos romanos, de uma exploração agrícola" (78).

Pela descrição do autor, parece tratar-se de uma exploração de época romana, caso as "cantarias" possuam as características técnicas das construções daquela altura. O sítio em questão é uma pequena elevação, voltada a sul, com ótima exposição solar e abrigada a norte e poente por um pequeno morro que lhe está nas costas. A seus pés, uma extensa agra, agricolamente fértil, bem irrigada, mas com o senão de ser, por sua vez também, demasiado húmida. Daí que, até mesmo pelo topónimo, mais que uma *villa* ou *aedificae* de época romana, não será antes uma congénere posterior, isto é, da Alta Idade Média?

Se potencialmente a área de Vilar poderia albergar, sem problemas de maior, uma villa ou casal de maior ou menor amplitude, sem interferir com os interesses de outros já posicionados no terreno, o mesmo admitimos para Vila Verde, ainda hoje um lugarejo, com meia dúzia de casas, da freguesia de Bagunte.

Se recordarmos os territórios potenciais dos “Castros Agrícolas” de Sta. Marinha de Ferreiró e de Santagões, veremos que a ocupação de época romana se situa precisamente, numa área que podemos considerar, desde já, marginal aos dois povoados. A sua instalação parece demonstrar que foi preocupação dos seus fundadores procurarem uma área que servisse aos seus interesses, mas que estes não colidissem com a dos povoados que controlariam ainda a área envolvente. O sítio em questão, praticamente nas margens do Ave, ocupa uma zona plana, fértil, bem irrigada e, ainda hoje, fazendo jus ao topónimo. É que a área limítrofe é densamente arborizada e sê-lo-ia muito mais em tempos recuados. À escolha do sítio seguir-se-ia uma intensa e extensa desmatação, a ponto de se tornar numa autêntica ilha no meio das camadas arbustivas e arbóreas que cobriam o sítio.

Toda esta argumentação só será credível se as cronologias dos três locais se harmonizarem.

Que estes “Castros Agrícolas” parecem ter sido construídos nos inícios da romanização, não restam dúvidas. Pelo menos para Sta. Marinha de Ferreiró onde, recentes e avantajadas destruições, motivadas por uma pedreira, têm trazido à superfície cerâmicas castrejas feitas à roda, juntamente com outras de técnica romana.

O que sabemos dos vestígios aparecidos em Vila Verde- tégulas e necrópole- aponta para uma *villa* romana, datável, na hipótese mais tardia, do século IV.

As tégulas, provenientes da cobertura dos vários edifícios que compunham uma exploração agrícola daquele tempo, dispersam-se por uma área considerável e por ambos os lados do caminho que serve a povoação a partir da Ponte de Ave, onde cruzaria uma das vias romanas que serviam a região- a “Via Veteris”.

Perante tão grande dispersão, podemos admitir que estas manchas corresponderão ao edifício da *Villa*, às instalações de apoio como celeiros, cortes, eiras, casas de servos e, mais distantes, às moradias dos colonos, aqueles que, mediante arrendamento, explorariam uma parcela do *fundus*.

Sem escavações, porém, tudo isto não passa de um quadro teórico. A única realidade que temos é a necrópole, surgindo, mesmo esta, num quadro nada animador.

Segundo Ricardo Severo, a necrópole (de inumação), apareceu no sítio do Souto, paredes meias com o local onde se espalham as tégulas. Do seu espólio, recolhido no Museu do Douro Litoral, no Porto, constam vasos e algumas moedas romanas. Os vasos- pratos, copos, bilhas e oinokoés- são de cerâmica comum e de produção local.

Quanto às moedas, as que permitem atribuir à ocupação uma cronologia, vão de Galieno (235- 268) a Delmacio (335- 337) (79).

Notas

1- SILVA, Armando Coelho F. da et alli- *Depósito de Fundidor do Final da Idade do Bronze do Castro da Sra. Da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu),* "Lucerna", Porto, 1984, p. 73-95.

2- SILVA, Armando Coelho F. da- *A Cultura Castreja*, Paços de Ferreira, 1986, p. 34.

3- MARTINS, Manuela- *O Povoamento Proto- Histórico e a Romanização da Bacia do Médio Cávado*, Braga, 1990, p. 108-109.

4- ALMAGRO GORBEA, M.- *Bronce Final e Edad del Hierro. La Formación de las Etnias e Culturas Prerromanas*, "Historia de España", 1, Prehistoria, Ed. Gredos, Madrid, 1986, p. 341552.

5- MARTINS, Manuela- *Op. Cit.,* p. 110.

6- ALMAGRO GORBEA, M.- *Op. Cit*., p. 357.

7- ACUÑA CASTROVIEJO, F.- *Excavaciones en el Castro de "O Neixón", Campaña de 1973*, "Noticiario Arqueológico Hispanico", vol. 5, Madrid, 1976, p. 325-330. **8-** ESTRABÃO- *Geografia*, III, 3, 5.

9- SILVA, Armando Coelho F. da- *A Cultura Castreja*, Paços de Ferreira, 1986, p. 37.

SILVA, Armando Coelho F. da- *A Segunda Idade do Ferro*, "Nova História de Portugal" (Coord. De Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques), Ed. Presença, Vol. I, Lisboa, 1990, p. 298.

10- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de et alli- *Escavações Arqueológicas em Sto. Estêvão da Facha*, "Separata do Arquivo de Ponte de Lima", Vol. 3, Ponte de Lima, 1981.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de- *Proto- história e Romanização da Bacia Inferior do Lima*, Viana do Castelo, 1990, p. 268.

11- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; SOEIRO, Teresa- *Sondagens nos Castros de Abade de Neiva e Roriz (Barcelos),* Separata de "Atas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular", Vol. II, Guimarães, 1980, p. 27 e segs..

12- SILVA, Armando Coelho F. da- *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, "Portugália", Vol. IV/V, Porto, 1983/1984, p. 127.

13- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de- *Cultura Castreja. Evolução e Problemática*, "Arqueologia", Vol. 8, Porto, 1983, p. 70-71.

14- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de- *Cultura Castreja. Evolução e Problemática*, "Arqueologia", Vol. 8, Porto, 1983, p. 70.

15- MARTINS, Manuela- *Op. Cit*., p. 10.

16- SILVA, Armando Coelho F. da- *Organizações Gentilícias de Entre Leça e Ave*, "Portugália", Nova Série, Vol. I, Porto, 1980, p. 88.

17- CORTEZ, F. Russel- *Restos Arqueológicos de Vila do Conde. I- O Castro de Argifonso*, "Trabalhos de Antropologia e Etnologia", Vol. XII, p. 6-23.

18- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de- *Via Veteris. Antiga Via Romana?* "Atas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular", Vol. III, Guimarães, 1980.

19- SEVERO, Ricardo; CARDOSO, Fonseca…

20- CORTEZ, F. Russel- *Restos Arqueológicos de Vila do Conde. I- O Castro de Argifonso*, "Trabalhos de Antropologia e Etnologia", Vol. XII.

21- Parte do espólio encontra-se guardado no Museu do Douro Litoral, Porto.

22- SILVA, Armando Coelho F. da- *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, "Portugália", Vol. IV/V, Porto, 1983/1984, p. 123.

23- SILVA, Armando Coelho F. da- *Organizações Gentilícias de Entre Leça e Ave*, "Portugália", Nova Série, Vol. I, Porto, 1980, p. 84-85.

24- VITA FINZI, C.; HIGGS, E. S. - *Prehistoric Economies in the Mount Carmel Area of Palestine: Site Catchment Analysis*, "Proceding of the Prehistoric Society", London, 1970, p. 1-37.

VITA FINZI, C. - *Related Territories and Aluvial Sediments*. *Paleoeconomy*, J. Higgs (Ed.), Cambridge University Press, London, 1975.

25- DAVIDSON, I.; BAILEY, G. N. – *Los Yacimientos, sus Territorios de Explotacion y la Topografia*, "Boletin del Museo Arqueologico Nacional", Vol. II, Madrid, 1984, p. 25-46. **26-** MARTINS, Manuela- *Op. Cit*., p. 206-216.

27- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de- *Proto-história e Romanização da Bacia Inferior do Lima*, Viana do Castelo, 1990, p. 280-281.

28- Foi esta similiaridade que levou Russel Cortez a caracterizar o Castro de Santagões como um acampamento romano. Cfr: CORTEZ, F. Russel- *Restos Arqueológicos de Vila do Conde. I- O Castro de Argifonso,* "Trabalhos de Antropologia e Etnologia", Vol. XII, p. 8.

29- SILVA, Armando Coelho F. da- *Organizações Gentilícias de Entre Leça e Ave*, "Portugália", Nova Série, Vol. I, Porto, 1980, p. 86-87.

30- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de- *Proto-história e Romanização da Bacia Inferior do Lima*, Viana do Castelo, 1990, p. 274 e segs.

31- MARTINS, Manuela- *Op. Cit*..

32- SEVERO, Ricardo; CARDOSO, Fonseca...

33- CORTEZ, F. Russel- *Restos Arqueológicos de Vila do Conde. I- O Castro de Argifonso,* "Trabalhos de Antropologia e Etnologia", Vol. XII, p.7.

34- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de- *Cerâmica Castreja*, "Revista de Guimarães", Vol. LXXXIV, 1974, p. 195.

35- SILVA, Armando Coelho F. da- *A Cultura Castreja*, Paços de Ferreira, 1986, Est. LXI, 4 e 5.

36- CUEVILLAS, F. Lopez- *Las Joyas Castreñas*, Madrid, 1951, p. 38-40.

37- SILVA, Armando Coelho F. da- *A Cultura Castreja*, Paços de Ferreira, 1986, Est. VIII, nº 27-31.

38- São da responsabilidade dos serviços de Arqueologia e Museu Municipal de Santo Tirso. Todavia, já nos finais do século passado, José Fortes noticiava o aparecimento de habitações circulares e de espólio variado. Também em 1927, Rui de Serpa Pinto aí fizera prospeções que conduziram à recolha de algum material que hoje faz parte do Museu de Antropologia do Porto.

Cfr. FORTES, José- *A Estação Arqueológica de Alvarelhos*, Porto,1899.

39- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de- *Romanização das Terras da Maia*, Maia, 1969, p. 32.

40- Há uma lucerna análoga bem perto, no espólio da necrópole da Forca, Castelo da Maia. Cfr. ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de- *Romanização das Terras da Maia*, Maia, 1969, p. 43.

ALMEIDA, Artur Jorge- *A Necrópole da Forca (Maia),* "Atas do Colóquio Manuel Boaventura", vol. I, Esposende, 1988, p. 113-152.

41- SOEIRO, Teresa- *Objetos em Bronze*, "Gallaecia", vol. 6, Santiago de Compostela, 1980. SILVA, Armando Coelho F. da- *A Cultura Castreja*, Paços de Ferreira, 1986, p. 205.

ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de- *As Influências Meridionais na Cultura Castreja*, "Revista da Faculdade de Letras do Porto", Série de História, vol. IV, 1973, p. 15.

42- SANTARÉM, Carlos M. Faya- *Um Bronze de Arte*, "Revista de Guimarães", vol. LXIV, 1954, p. 31.

ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de- *As Influências Meridionais na Cultura Castreja*, "Revista da Faculdade de Letras do Porto", Série de História, vol. IV, 1973, p. 32.

43- PINTO, Rui de Serpa- *Um Machado de Bronze das Margens do Ave*, "Trabalhos de

Antropologia e Etnologia", vol. IV, 3, 1930.

44- VASCONCELOS, J. Leite de- *As Religiões da Lusitânia*, vol.II, Lisboa, 1905, p.310-311.

45- VASCONCELOS, J. Leite de- *As Religiões da Lusitânia*, vol. II, Lisboa, 1905.

46- BLAZQUEZ MARTINEZ, J. M.- *Religiones Primitivas de Hispânia*, C.J.J.C., 1962, p. 124125.

47- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de- *As Influências Meridionais na Cultura Castreja*, "Revista da Faculdade de Letras do Porto", Série de História, vol. IV, 1973, p. 27-29.

48- FORTES, José- *A Estação Arqueológica de Alvarelhos*, Porto, 1899, p. 17.

49- TORRES, Joaquim- *Tesouro Monetário do Castro de Alvarelhos*, "Boletim Municipal de

Santo Tirso", vol. I, 1979.

50- CENTENO, Rui M. S.- *Circulação Monetária no Noroeste da Hispânia até 192*, Porto, 1987, p. 212-217.

51- FORTES, José- *A Estação Arqueológica de Alvarelhos*, Porto, 1899, p. 17.

52- ROUX, P. Le ; TRANOY, Alain- *Contribution à L´Étude des Regions Rurales du N. O. Hispanique au Haut-Empire : Deux Inscriptions de Penafiel*, «Atas do III Congresso Nacional de Arqueologia», Porto, 1974 p. 252, nº 16.

53- VASCONCELOS, J. Leite de- *As Religiões da Lusitânia*, vol.II, Lisboa, 1905, p.295-297.

54- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de- *As Influências Meridionais na Cultura Castreja*, "Revista da Faculdade de Letras do Porto", Série de História, vol. IV, 1973, p. 26.

55- CAPELA, Pe. Martins- *Milliários do Conventus Bracaraugustanos em Portugal*, Porto, 1895, p. 59 e 132.

56- ALARCÃO, Jorge de- *Portugal Romano*, Lisboa, 1974, p. 92.

57- ALARCÃO, Jorge de- *O Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1988, p. 90.

58- ALARCÃO, Jorge e Adília- *Vidros Romanos do Museu de Martins Sarmento*, "Revista de Guimarães", vol. LXXIII, 1963, p. 197.

59- ISNARD, Hilderbert- *O Espaço Geográfico*, Coimbra, 1982. p. 31.

60- ISNARD, Hilderbert- *O Espaço Geográfico*, Coimbra, 1982. p. 112.

61- MARTINS, Manuela- *Op. Cit*., p. 217.

62- SILVA, Armando Coelho F. da- *Organizações Gentilícias de Entre Leça e Ave*, "Portugália", Nova Série, Vol. I, Porto, 1980.

63- BLAZQUEZ MARTINEZ, J.M.- *La Romanizacion del NO de la Peninsula Ibérica*, Bimilenário de Lugo, Lugo, 1977, p. 67.

VIGIL, H.- Historia de España, I, Edad Antiga, Madrid, 1973.

64- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de- *Proto-história e Romanização da Bacia Inferior do Lima*, Viana do Castelo, 1990, p. 282-283.

65- 65-ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de- *Cultura Castreja. Evolução e Problemática*, "Arqueologia", vol. 8, Porto, 1983, p. 74.

66- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de- *O Castrejo sob o Domínio Romano: Sua Transformação, "Estudos de Cultura Castrexa e de Historia de Galicia*", Santiago de Compostela, 1983, p. 193-194.

67- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de- *Carta Arqueológica de Esposende*, "Boletim Cultural de Esposende", vol. 11/12, Esposende, 1987.

68- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de- *A Villa Romana do Paço de Vila Cova-Barcelos*, Ed. Câmara Municipal de Barcelos, Barcelos, 1988.

69- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de- *Proto-história e Romanização da Bacia Inferior do Lima*, Viana do Castelo, 1990, p. 58 e segs.

70- Esta *villa* foi construída sobre um habitat castrejo do tipo "castro agrícola".

71- FORTES, José- *Restos de uma Villa Lusitano-Romana*, "Portugália", vol. II, Porto,1905.

72- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de- *A Terra da Maia*, Maia, 1969.

73- ALARCÃO, Jorge de- *Portugal Romano*, Lisboa, 1974.

74- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de- *A Terra da Maia*, Maia, 1969.

75- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de- *A Necrópole Galaico- Romana de Vila do Conde*,

"Revista da Faculdade de Letras do Porto", Série História, vol. II, Porto, 1973.

76- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de- *A Necrópole Galaico- Romana de Vila do Conde*,

"Revista da Faculdade de Letras do Porto", Série História, vol. II, Porto, 1973. **77-**

Encontramos aí cerâmica do Bronze Final.

78- CORTEZ, F. Russel- *Restos Arqueológicos de Vila do Conde. I- O Castro de Argifonso*,

"Trabalhos de Antropologia e Etnologia", Vol. XII, p. 8-9.

79-SEVERO,Ricardo- *Necrópoles Lusitano- Romanas de Inumação*, "Portugália", vol. II, Porto, 1907.

1.2. Os Valores Patrimoniais existentes no Concelho de Vila do Conde

O património existente em Vila do Conde distribui-se por todo o Concelho, ao longo das 30 freguesias, figurando um significativo registo de diferentes épocas, com particular incidência no núcleo urbano da freguesia de Vila do Conde, Sede do Concelho, revelando esta ao longo dos tempos uma expressiva preponderância em relação às restantes.

Face ao extenso intervalo temporal que o conjunto dos valores patrimoniais consagra, e à proximidade de certas temáticas nas disciplinas da Arquitetura e da Arqueologia, o objeto de análise de ambas tende por vezes a convergir, não só ao mesmo espaço físico como por vezes ao próprio objeto em estudo, de que são exemplo as Pontes de S. Miguel na freguesia de Arcos e D. Zameiro em Bagunte/Macieira da Maia, as Igrejas de S. Cristóvão em Rio Mau, de Santa Maria em Touguinha e de São Gonçalo em Mosteiró, a Quinta dos Cavaleiros em Outeiro Maior e a Villa Fernandi/Quinta do Mosteiro, na freguesia da Junqueira.

Relativamente ao Património Arquitetónico, e considerando as características morfotipológicas dos valores patrimoniais aqui representados, poder-se-á agrupá-los nas seguintes categorias:

- Edifícios Religiosos
- Edifícios Urbanos
- Casas de Quinta
- Elementos Singulares
- Conjuntos Edificados
- Elementos Arquitetónicos de Relevância

Igual classificação já se verificava, e mantém-se atual, na descrição dos elementos patrimoniais do Relatório do Património Edificado do Plano Diretor Municipal de 1995. Mostrou-se apenas necessário aditar uma outra categoria relativa a novos elementos que integram o

inventário, nomeadamente alguns edifícios onde funcionam escolas primárias, o Hospital Distrital de Vila do Conde e o antigo Hospital de São João Evangelista em Azurara, a Casa Museu José Régio e o Laboratório Nacional de Investigação Veterinária em Vairão entre outros. Todos estes elementos poder-se-ão integrar na categoria Elementos Arquitetónicos de Relevância.

1.3.Os Valores Patrimoniais no Plano Diretor Municipal

- Edifícios Religiosos:

Por todo o Concelho de Vila do Conde podem ser encontrados inúmeros elementos de valor patrimonial de carácter religioso, nomeadamente igrejas, mosteiros e conventos, capelas, e ainda outros elementos de menor dimensão como cruzeiros, alminhas ou passos.

O espaço temporal da época de construção destes elementos varia entre o século XI nos edifícios mais antigos, e os dias de hoje nos edifícios mais recentes. Exemplos de edifícios de construção mais remota encontramos no Concelho de Vila do Conde a Capela da Sr.ª da Guia do século XI na cidade, a Igreja românica de São Cristóvão de Rio Mau e a Igreja de Santa Cristina de Malta do século XII.

De construção mais recente podemos encontrar em Vila do Conde igrejas construídas já na segunda metade do século XX, de que são exemplo a Igreja Paroquial do Senhor dos Navegantes e a Capela do Desterro.

Determinantes na fundação e desenvolvimento das localidades onde se incluíam foram as ordens religiosas que então professavam um pouco por todo o país, o mesmo acontecendo no espaço hoje abrangido pelo Concelho de Vila do Conde. Estas comunidades religiosas foram responsáveis pela instituição de inúmeros mosteiros e conventos dispersos por todo o território nacional. Em Vila do Conde destaca-se o Convento de Santa Clara fundado no século XIV por D. Afonso Sanches e sua esposa D. Teresa Martins, vinculado à Ordem de São Francisco e dedicado à comunidade das freiras clarissas. Aos dias de hoje, para além da igreja gótica de Santa Clara, chegou o imponente edifício conventual setecentista cuja construção foi encomendada a Henrique Ventura Lobo já na segunda metade do século XVIII. O edificado da ala dos dormitórios que hoje se apresenta à cidade de Vila do Conde é resultado de significativas obras de restauro e reconstrução que decorreram da adaptação do mosteiro a estabelecimento tutelar de menores no ano de 1930 da autoria de Estevão Eduardo Augusto Parada Leitão e de Alberto da Silva Bessa, responsável pelas oficinas, igualmente no século XX.

Também pelas freguesias podemos encontrar outros exemplos da vinculação destas comunidades religiosas aos povoados locais, designadamente o Mosteiro de São Bento em Vairão, cuja fundação remonta ao ano de 974, reaparecendo em 1021 como comunidade dúplice de monges e monjas. Já no século XII a abadessa Elvira Toereiz (filha de Toderio Fromariques) substituiu a comunidade dúplice por monjas beneditinas O edificado que persiste até aos dias de

hoje caracteriza-se pela arquitetura religiosa quinhentista, maneirista, barroca e neoclássica. Na freguesia da Junqueira encontra-se outro imponente exemplo destas edificações religiosas, o Mosteiro de São Simão da Junqueira. Fundado no século XI por D. Areas, Arcediago da Sé de Braga, o mosteiro seguia os princípios da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Em conjunto com o mosteiro foi edificada a Igreja Paroquial da Junqueira, originalmente a igreja conventual do antigo Mosteiro de São Simão da Junqueira. A Igreja que atualmente existe resulta da reedificação datada do século XVII do edifício original, de traça essencialmente barroca e maneirista, que se sobrepôs ao edificado original de época medieval.

Nesta classe surgem ainda as inúmeras igrejas paroquiais e capelas dispersas pelo Concelho, construídas essencialmente entre o século XVI e o século XVIII, muitas delas edificadas sobre pré-existências de épocas anteriores, nomeadamente da época medieval. Existem ainda dispersas pelo Concelho várias capelas particulares, integradas normalmente em casa de quinta, datadas dos séculos XVII e XVIII, das quais se destacam a capela da Casa dos Cavaleiros em Outeiro e a capela da Quinta da Espinheira em Touguinhó.

- Edifícios Urbanos

Estes edifícios surgem na maior parte dos casos em contextos urbanos e paisagísticos de particular destaque, sendo eles próprios motivo de valorização e pontos de referência dos sítios onde se inserem. Datados do final do século XIX e inícios do século XX na sua maioria, estes edifícios relacionam-se com alguma imigração no Brasil, denotando uma arquitetura com influências de um certo ecletismo da época, nomeadamente algumas nuances de arte nova.

- Casas de Quinta

Estes elementos de arquitetura doméstica encontram-se disseminados um pouco por todo o Concelho, formalizando a tradicional casa de quinta da Região Entre-Douro-e-Minho. No caso particular de Vila do Conde estas propriedades chegam até aos dias de hoje mantendo a sua integridade física na generalidade dos casos graças a um particular sistema de transmissão de bens que vigorou na região, similar ao antigo morgadio, a Doação. Este processo evitava a fragmentação das propriedades ocasionada por outros processos de partilha onde a sua divisão era feita pelos vários herdeiros. Classificadas como "casa complexa de pátio fechado" por Rosa Fernanda Moreira da Silva[4], estas casas, geralmente com áreas de 5 ou mais hectares, denotavam pela sua arquitetura e dimensão o elevado nível económico dos proprietários donatários. "*Estas habitações constam de dois pisos, o inferior reservado a lojas, estábulo, casa da eira, e o superior à habitação. Os anexos agrícolas formam, com o bloco de habitação, uma unidade que delimita um pátio fechado, mais ou menos extenso, com a designação local de quinteiro. O acesso a esse pátio faz-se sempre por um portal de serviço, geralmente rasgado na*

[4] Fundadora do Curso de Geografia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, licenciou-se em Geografia pela Universidade de Coimbra em 1966 com a tese "A Área das doações – seus problemas agrários", tendo-se doutorado em 1981 pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto defendendo a tese com o título "Paisagem agrária das planícies e colinas minhotas – contrastes e mutações".

própria fachada da casa".[5] Consequente do sistema de doação a estrutura destas habitações tornava-se frequentemente mais complexa, decorrente da duplicação das funções da casa resultante da convivência dos donatários e seus doadores. Mais recentemente, fruto das mutações no setor agrícola decorridas no início dos anos setenta, especificamente a especialização do setor na produção leiteira, estes conjuntos agrícolas veem introduzidas novas estruturas no seu conjunto, resultantes da necessidade de adaptação à nova realidade nas catividades agrícolas. De uma agricultura que se baseava na produção de culturas arvenses, em especial o milho, em que a pecuária tinha pouco significado nas explorações, respondendo apenas ao consumo próprio da casa, passou-se a uma produção massificada do setor leiteiro. Os espaços onde outrora existiam a eira, onde era armazenado o milho ou outros cereais, e outros anexos ligados às atividades agrícolas mais tradicionais, são então ocupados por estruturas modernizadas de grandes dimensões que acomodam as vacarias, com capacidade para números muito superiores de animais que os antigos estábulos integrados nas casas agrícolas albergavam. Vinculadas a estas estruturas surgem ainda grandes silos de betão anexos às vacarias para armazenar o alimento para os animais proveniente das culturas forrageiras cultivadas nos terrenos agrícolas.

Estas inovações introduzem novos elementos no conjunto composto pela casa e anexos agrícolas, traduzindo-se numa escala mais expressiva tanto na dimensão física das edificações como na consequente produção, sem no entanto adulterar a estrutura base das casas de quinta originais.

Da generalidade das casas de quinta existentes no Concelho, datadas a partir do século XVII, destacam-se a Casa de Quinta dos Cavaleiros em Outeiro Maior do século XIV e a Casa de Quinta do Freixo em Guilhabreu do século XVI. Estas duas quintas encontram-se em avançado estado de deterioração, encontrando-se a Casa dos Cavaleiros, o exemplar mais antigo destes imóveis de arquitetura doméstica no Concelho, em completo estado de ruína.

- Elementos Singulares

Nesta categoria encontram-se exemplos de elementos arquitetónicos singulares que pontuam a paisagem de Vila do Conde como pontes, azenhas e açudes, aquedutos, cruzeiros e pelourinhos, alminhas e passos. Alguns destes elementos ocupam frequentemente posição de destaque nos locais onde se implantam, consubstanciando pontos de referência e de caracterização dos lugares.

Das pontes, localizadas maioritariamente ao longo dos rios Ave e Este, sobressaem a Ponte de Ave Dom Zameiro em Macieira da Maia e a Ponte velha de Este em Touguinhó, ambas de estrutura medieval, e a Ponte de São Miguel de Arcos, esta do século XVI/XVII. Por vezes associadas às pontes surgem as azenhas e açudes, estas igualmente dispostas essencialmente no decurso dos rios Ave e Este. Das pontes existentes encontram-se todas em uso, sendo que a

[5] Moreira da Silva, Rosa Fernanda (1981) "Paisagem agrária das planícies e colinas minhotas – contrastes e mutações, "*Tese de Doutoramento pela F.L.U.P.*

Ponte Dom Zameiro se confina ao uso pedonal. Contrariamente às azenhas e açudes, que se encontram na sua maioria em mau estado de conservação e sem qualquer uso associado, as pontes encontram-se na sua grande maioria em bom estado de conservação.

Para além das pontes e açudes, aquedutos, cruzeiro e pelourinhos, foram introduzidos neste relatório novos elementos que não constavam no inventário do relatório do património do PDM de 1995, as alminhas e os passos, presentes em várias freguesias do Concelho.

- Conjuntos Edificados

Esta categoria refere-se a alguns conjuntos formados por várias casas agrícolas que compõem pequenos aglomerados rurais, por vezes resultado de processos de divisão de propriedades entre herdeiros que também se verificaram no Concelho de Vila do Conde, como é o caso de alguns aglomerados nas freguesias de Macieira da Maia, Arcos ou Tougues, entre outras. Estes conjuntos apoiam-se em estruturas viárias capilares, geralmente associados a eixos importantes de ligação entre freguesias. Embora surjam conjuntamente em alguns locais, como é referido, estas casas agrícolas aparecem isoladamente nas fichas descritivas do património edificado do presente relatório.

Um outro exemplo de conjuntos edificados presente neste relatório é formado por alguns edifícios de habitação localizados nas avenidas de expansão balnear de finais do século XIX e princípios do século XX na freguesia de Vila do Conde. As próprias avenidas poderão ser consideradas conjuntos edificados, visto serem ladeadas por construções do mesmo caráter, e manterem um perfil homogéneo em praticamente toda a sua extensão. Podemos encontrar ao longo das Avenidas Bento de Freitas e Sacadura Cabral vários exemplos destas edificações, algumas das quais se destacam das demais pela sua arquitetura arrojada e imponente, como por exemplo o palacete Melo e outras moradias apalaçadas. Alguns destes elementos surgem nas fichas individuais agrupados, como conjuntos edificados. São estas edificações que figuram nesta categoria, geralmente moradias do tipo construção em banda ou edifícios bifamiliares.

- Elementos Arquitetónicos de Relevância

Integram esta categoria, os novos elementos acrescidos ao inventário, relativos a construções que se destacam pela sua qualidade ou relevância arquitetónica, vertidos da base de dados do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, representando equipamentos coletivos, nomeadamente hospitais e escolas primárias, conjuntos residenciais como o Complexo Residencial de Renda Económica da Federação das Caixas de Previdência, ou outros elementos singulares, como é o caso do Laboratório Nacional de Investigação Veterinária.

1.4. Os Valores Patrimoniais Classificados

À data da elaboração do PDM em 1995, encontravam-se inventariados 20 edifícios ou conjuntos, 6 com a classificação de MN (Monumento Nacional) e 14 com a classificação de IIP (Imóvel de Interesse Público).

- **Igreja de Santa Maria de Azurara** (MN - Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910)
- **Igreja de São Cristóvão de Rio Mau** (MN - Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910)
- **Igreja de São João Baptista, Matriz de Vila do Conde** (MN - Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910)
- **Pelourinho de Vila do Conde** (MN - Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910)

- **Aqueduto de Vila do Conde** (MN - Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910)
- **Igreja de Santa Clara (Largo do Monte)** (MN - Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910)

Pelo Anúncio 65/2014 de 18 de março foi aberto procedimento para alargar a classificação de Monumento Nacional ao Convento de Sta. Clara e definir as zonas de proteção.

- **Ponte de São Miguel de Arcos** (IIP - Decreto n.º 28/82, de 26 de Fevereiro)
- **Igreja de São Francisco de Azurara** (IIP - Decreto n.º95/78, de 12 de Setembro)
- **Pelourinho de Azurara** (IIP - Decreto-Lei n.º23122, de 11 de Outubro de 1933)
- **Edifício conhecido por Palacete Melo** (IIP - Decreto do Governo nº1/86, de 3 de Janeiro)
- **Capela de Santa Catarina** (IIP - Decreto 28/82 de 26 de Fevereiro) o Decreto refere por lapso a localização desta capela em Areia, Freguesia de Árvore
- **Capela de Nossa Senhora da Guia** (IIP - Decreto nº 28/82, de 26 Fevereiro)
- **Capela do Socorro** (IIP - Decreto n.º95/78, de 12 de Setembro)
- **Casa de Submosteiro** (IIP - Decreto nº 129/77,de 29 Setembro)
- **Forte de São João Baptista** (IIP - Decreto nº 47 984, de 06 de Outubro de 1967)
- **Igreja da Misericórdia de Vila do Conde** (IIP - Decreto 28/82, de 26 de Fevereiro)
- **Capela de São João da Igreja de Vairão** (IIP - Decreto n.º 33 587, DG n.º 63, de 27-03-1944)
- **Capela de Nossa Senhora da Graça** (IIP - Decreto n.º 95/78, de 12 de Setembro)
- **Casa da Praça** (IIP - Decreto n.º129/77 de 29 de Setembro)
- **Cruzeiro de Azurara** (IIP - Decreto n.º45327, de 25 de Outubro de 1963)

Posteriormente a 1995, adquiriram estatuto de Monumento Nacional ou Monumento de Interesse Público, os seguintes imóveis:

- **Cividade de Bagunte** (MN - Despacho n.º 19338/2010, de 30 de Dezembro, Declaração de retificação n.º 467/2011, de 24 de Fevereiro)

Pelo Anúncio 13807/2012, foi alterada a denominação de *Castro de Bagunte* para *Cividade de Bagunte* e as áreas classificadas e de proteção.

- **Paço do Casal dos Cavaleiros** (Em vias de classificação com Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Público (MIP) – Anúncio n.º 13604/2012, de 19 de Outubro e com Despacho de Abertura - Despacho n.º19338/2010 de 30 de Dezembro)

Pela Portaria 231/2013 de 12 de abril, foi classificado como Monumento de Interesse Público.

- **Mosteiro de São Simão da Junqueira** (Despacho de Homologação de 31 janeiro 1975 incluindo o Mosteiro, jardins, fontes, claustro e fonte)

Pela Portaria 315/2014, de 14 de maio, foi classificado como Monumento de Interesse Público.

Com procedimento de classificação em aberto, encontram-se os seguintes conjuntos e imóveis:

Parte Antiga de Vila de Conde e Azurara (Em vias de classificação, homologado como IIP –

Despacho de homologação de 9 de Junho de 1981)

Mantém-se em aberto o processo de classificação.

- **Azenha quinhentista no Rio Ave** (Em vias de classificação, homologado como IIP - Despacho de homologação de 07-07-1980)

Mantém-se em aberto o processo de classificação.

Vários outros imóveis tiveram procedimentos iniciados para classificação que foram, entretanto, caducados:

- **Igreja da Misericórdia de Azurara** (Em vias de classificação com Despacho de Abertura - Despacho n.º19338/2010 de 30 de Dezembro)
- **Casa do Morgado de São Bento** (Em vias de classificação com Despacho de Abertura - Despacho n.º19338/2010 de 30 de Dezembro)
- **Casa de São Roque** (Em vias de classificação com Despacho de Abertura - Despacho n.º19338/2010 de 30 de Dezembro)
- **Casa São Sebastião onde se encontra a Biblioteca Municipal e jardim** (Em vias de classificação com Despacho de Abertura - Despacho n.º19338/2010 de 30 de Dezembro)
- **Ponte D. Zameiro e Azenhas** (Em vias de classificação com Anúncio de Abertura do Procedimento de Classificação – Anúncio n.º16894/2011, de 16 de Novembro)
- **Igreja de Nossa Senhora da Lapa** (Em vias de classificação com Despacho de Abertura - Despacho n.º19338/2010 de 30 de Dezembro)
- Conjunto de imóveis nas Avenidas Júlio Graça, Bento de Freitas e Sacadura Cabral – zona de expansão balnear de Vila do Conde (Em vias de classificação com Despacho de Abertura - Despacho n.º19338/2010 de 30 de Dezembro)

No campo da arqueologia vêm no mesmo Instituto listados os seguintes sítios arqueológicos:

- **Arões** (Casal Rústico)
- **Arões** (Necrópole)
- **Azevedo** (Achado(s) Isolado(s))
- **Bagunte - Monte da Cividade** (Povoado Fortificado)
- **Barca** (Povoado Fortificado)
- **Benguiados** (Necrópole)
- **Calçada de São Francisco** (Vestígios Diversos)
- **Canidelo** (Necrópole)
- **Caracol** (Achado(s) Isolado(s))
- **Carvalhas** (Mamoa)
- **Castro Boi** (Povoado Fortificado)
- **Corgo** (Povoado)
- **Farilhe** (Atalaia)

- **Forte de São João Batista (Vila do Conde)** (Canhão)
- **Fulão** (Anta)
- **Guilhabreu** (Necrópole)
- **Igreja Paroquial de Santo André da Parada** (Igreja)
- **Igreja de São João Batista** (Fortificação)
- **Igreja/Campos do Pereira** (Casal Rústico)
- **Igreja/Quinta de Vilas Boas** (Casal Rústico)
- **Igreja/Santa Maria de Vilar** (Estela)
- **Igreja/Santa Maria de Vilar** (Vila)
- **Labruge/Vila Chã** (Naufrágio)
- **Milreus** (Vestígios Diversos)
- **Mindelo** (Naufrágio)
- **Modivas de Baixo** (Lage Sepulcral)
- **Moldes** (Vestígios Diversos)
- **Monte Gentil** (Povoado Fortificado)
- **Monte Grande** (Necrópole)
- **Monte da Ruiva 3** (Achado(s) Isolado(s))
- **Mosteiro de Vairão** (Achado(s) Isolado(s))
- **Mosteiró** (Habitat)
- **Mourão** (Mamoa)
- **Naufrágio (1691) - Vila do Conde** (Naufrágio)
- **Navio mercante (1830) - Azurara** (Naufrágio)
- **Outeiro** (Povoado Fortificado)
- **Padrão** (Habitat)
- **Paiço** (Vestígios de Superfície)
- **Palmazão** (Casal Rústico)
- **Ponte de São Miguel de Arcos** (Ponte)
- **Póvoa/Campelo** (Casal Rústico)
- **Quinta da Faísca** (Vestígios Diversos)
- **Quinta das Galantes** (Habitat)
- **Quinta dos Cavaleiros** (Edifício)
- **Quintã** (Vestígios Diversos)
- **Retorta** (Povoado Fortificado)
- **Revilhões** (Vestígios de Superfície)
- **Rio Mau - Igreja de São Cristóvão** (Necrópole)
- **Safail** (Necrópole)
- **Santagões** (Povoado Fortificado)
- **Soutelo de Fornelo** (Necrópole)

  São Paio (Povoado Fortificado)
- **Tiber / Navio do Norte (1847) - Porto** (Naufrágio)
- **Tougues** (Necrópole)
- **Touguinha** (Povoado Fortificado)

- **Touguinhó** (Povoado Fortificado)
- **Vila Boa** (Villa)
- **Vila Boa** (Achado(s) Isolado(s))
- **Vila Verde** (Necrópole)
- **Vila do Conde** (Villa)
- **Vila do Conde 7 - Canhão** (Canhão)
- **Vila do Conde - Alfândega Real** (Edifício)
- **Vila do Conde - Aqueduto** (Aqueduto)
- **Vila do Conde - Casa Antero de Quental** (Vestígios Diversos)
- **Vila do Conde - cais submerso** (Cais)
- **Vila do Conde 1** (Naufrágio)
- **Vila do Conde 2** (Achado(s) Isolado(s))
- **Vila do Conde 3** (Achado(s) Isolado(s))
- **Vila do Conde 4** (Achado(s) Isolado(s))
- **Vila do Conde 5** (Achado(s) Isolado(s))
- **Vila do Conde 6** (Achado(s) Isolado(s))
- **Vila do Conde 8** (Achado(s) Isolado(s))

2.Objetivos e Metodologia:

Os objetivos do Relatório do Património passam inicialmente pela inventariação e caracterização dos elementos construídos pelo Homem que testemunham a ocupação e transformação dos territórios pelas populações locais. No entanto, não é intenção deste documento realizar uma dissertação exaustiva sobre a temática do património, mas antes uma abordagem sintética e profícua sobre tal matéria. Ulteriormente este documento terá como objetivo principal fundamentar e dar apoio operativo à gestão e planeamento urbano do território, numa vertente de valorização e salvaguarda dos valores intrínsecos da identidade dos lugares, na defesa da qualidade ambiental e paisagística. Servirá este documento para melhor fundamentar e alicerçar o conhecimento e reconhecimento do vasto património disperso pelo Concelho por parte dos vários agentes que atuam sobre o território, traduzindo-se numa gestão e num planeamento do território mais eficaz, assim como numa consciencialização coletiva da importância de proteger e valorizar o património coletivo.

A metodologia adotada na realização deste relatório divergiu relativamente aos campos da Arquitetura e da Arqueologia. Estas duas categorias, que se apresentavam em peças separadas no Plano Diretor Municipal de 1995, surgem agora num mesmo documento que aborda ainda a temática da Arqueologia Industrial. Tratando-se consequentemente de assuntos próximos, mas autónomos, foram concertados por uma equipa multidisciplinar, com métodos e critérios próprios para cada uma das categorias.

2.1.O Património Arquitetónico

Tendo por objetivos os acima descritos, o inventário relativo ao Património Arquitetónico adotou uma metodologia apoiada num levantamento relativamente exaustivo dos valores patrimoniais presentes no Concelho, datado de 1995, não pretendendo, no entanto, debruçar-se profunda e particularmente sobre cada um dos elementos recolhidos.

Este registo baseou-se na recolha bibliográfica relativa ao património edificado de Vila do Conde, assim como na realização de inquéritos às Juntas de Freguesia, seguindo-se um indispensável trabalho de campo, do qual fez parte um levantamento fotográfico e a recolha e atualização de dados relativos aos elementos em estudo contidos no Relatório do Património de PDM de 95.

Foram ainda consultados os inventários disponíveis pelas entidades nacionais que tutelam a gestão do património cultural arquitetónico e arqueológico, através do visionamento dos respetivos sítios na internet, nomeadamente do PC-IP (Património Cultural-IP) e do IPA (Inventário do Património Arquitetónico).

O inventário do Património Arquitetónico pautou-se assim pela seleção, identificação, classificação e caracterização dos elementos presentes no Relatório do Património Edificado do Plano Diretor Municipal de Vila do Conde de 1995, acrescidos dos elementos referenciados na base de dados do Inventário do Património Arquitetónico.

2.2.O Património Arqueológico

A atual área de Vila do Conde é, desde a pré-história, uma zona de grande atração para povos que aqui vieram, primeiro de passagem, depois de modo sedentário, em busca das boas condições que a terra, o clima e a localização ofereciam, contribuindo paulatinamente, com os vestígios do seu quotidiano, para o enriquecimento do património arqueológico deste concelho.

Perante o descrito na Análise Histórico-Arqueológica, mais adiante, é natural que se tomem medidas cautelares destinadas à salvaguarda de um Património que já foi numeroso, mas que, cada vez mais, tende a ficar-se pela simples enumeração toponímica.

À semelhança do que foi realizado para o Património Arquitetónico, o inventário do Património Arqueológico pautou-se pela seleção, identificação, classificação e caracterização dos elementos presentes no Relatório do Património Edificado do Plano Diretor Municipal de Vila do Conde de 1995, acrescidos dos elementos referenciados na base de dados do Portal do Arqueólogo, do PC-IP.

Todos os vestígios arqueológicos conhecidos serão objeto de uma pequena descrição e a sua localização será feita, sempre que possível, em cartografia.

2.3.O Património Arqueológico Industrial

O conceito Arqueologia Industrial tem vindo a ganhar cada vez mais adeptos, gerando uma maior sensibilização para as questões do nosso passado recente. Grande parte do nosso património industrial está a desaparecer a uma velocidade alucinante, sem que para isso se atue de forma rigorosa. Algumas das nossas instituições tutelares terão responsabilidade neste processo, talvez por ainda estar muito enraizado na mente da comunidade arqueológica e na população em geral a desvalorização da arqueologia industrial. Não é pois incomum ver o património industrial ser excluído das listas de património cultural, por não ser suficientemente antigo, criando assim o risco de ser liminarmente destruído e de, em consequência, legarmos ao futuro uma determinada carga patrimonial a que faltará uma importantíssima parte, aquela que justifica de per si o crescendo económico, urbanístico e demográfico de cada região. Quando se utiliza o argumento que é um objeto de estudo muito recente, costumamos dizer que a História termina ontem. Ninguém pode determinar uma barreira temporal para considerar o que é história e o que não é.

Assim, o património industrial, sendo também património arqueológico, necessita de ser inventariado com maior rapidez face à natureza dos próprios bens, móveis ou imóveis, sujeitos que estão a uma intensa destruição, fruto do crescimento urbanístico, dos novos usos industriais ou simplesmente do abandono. Espaços de dinâmica são também, naturalmente espaços em mutação acelerada.

Em países como o Reino Unido, país de vanguarda da Revolução Industrial, há muito que se alargou o conceito de arqueologia e monumento, de modo a englobar o que de mais significativo existiu no mundo do trabalho, em particular do trabalho industrial.

Apesar de Vila do Conde ser um território marcadamente agrícola, possui uma longa tradição industrial.

Plataforma de rotação entre um dos berços da industrialização portuguesa, que é o Vale do Ave, e a planície litoral, essencial ao escoamento dos produtos industriais, o território de Vila do Conde sempre foi muito apetecível para a fixação de empreendedores.

Primeiro, as moagens proto-industriais desde a Idade Média, aproveitando-se o encerramento do rio Ave para a instalação de azenhas.

Durante séculos, os moínhos e azenhas foram um elemento marcante da paisagem portuguesa. Vila do Conde, em virtude das suas abundantes águas, era um concelho rico por excelência neste tipo de construções.

As mais diversas azenhas, com as suas rodas laterais, e os mais diferentes moinhos, com os seus rodízios horizontais e colocados debaixo das construções, desafiaram a fúria dos rios e ribeiros ao longo de séculos, aproveitando essa força para fazer mover mós de pedra que transformavam o duro grão na preciosa farinha.

Possuindo este tipo de património na generalidade um caráter proto-industrial, encontra-se incluído também no Inventário do Património Industrial de Vila do Conde, tendo já sido contabilizadas cerca de 80 unidades. Esta inventariação passa pela sua divulgação, conservação e recuperação, ainda que desprovida do sentido industrial que outrora teve e que não respeite apenas fachadas, as quais embora importantes não são suficientes para que a memória do moinho ou da azenha seja respeitada.

O século XIX e o início do século XX assistem a uma proliferação industrial, principalmente nas proximidades da linha de caminho de ferro e na zona litoral do concelho, correspondendo, grosso modo, à atual área urbana de Vila do Conde. É neste contexto que surgem novas indústrias de fiação e tecelagem, como a Companhia Rio Ave (1888) e a Fábrica Ferreira & Irmão (1924). A indústria conserveira também se fez representar de forma significativa, ou não existisse no lugar das Caxinas a maior comunidade piscatória do país (Fábrica de Conservas Aviz (1937), Fábrica de Conservas Oceano (1940), Fábrica de Conservas Belamar (1945), Póvoa Exportadora (1945), Conservas S. Pedro (1965), para citar alguns exemplos.

A transformação industrial com caráter rural imprime marcas mais dispersas como em Vila do Conde onde podemos encontrar alguns exemplos industriais espalhados pelas freguesias. Estes espaços desenharam novas geografias e arquiteturas, mantendo uma intensa relação com a paisagem e contribuindo para o desenvolvimento das áreas por si ocupadas. Apesar da urbanidade se começar a alastrar, edifícios como a Fábrica de Mindelo, em Fajozes, a Fábrica de Papel do Ave, em Fornelo, a Antiga Fábrica da Pólvora, em Canidelo, a Portucel, em Guilhabreu, são bons exemplos de espaços industriais inseridos em ambiente rural. O aproveitamento de fatores ambientais e naturais assim como a existência de amplas propriedades para aí construírem as fábricas, leva por outro lado, a um retorno ao nível social e económico ao proporcionar emprego aos residentes locais, gerando assim o progresso dessas regiões.

A par das indústrias citadas, Vila do Conde abrangeu uma larga panóplia no que toca às diferentes tipologias industriais, abarcando empresas como a Fábrica de Lápis Portugália, a Frutuaria de Vila do Conde (fábrica de manteiga), a Fábrica de Sabão, a Fábrica de Chocolates Franceses Météor, mais tarde Imperial, a MACONDE (empresa de confeções) ou mesmo a primeira e mais importante unidade de transformação de lacticínios da União de Cooperativas Agrícolas de Entre – Douro – e – Minho – a AGROS.

Contudo, Vila do Conde não fica alheia ao processo de desindustrialização e transformação urbana, vindo a perder algumas das suas indústrias mais emblemáticas desde as primeiras décadas do século XX como as Conservas Aviz, Companhia Rio Ave, ou a Fábrica de Lápis Portugália, para citar alguns exemplos.

Para que possamos entender a história recente da população em presença neste troço terminal do vale do Ave, temos que analisar e compreender o património industrial quanto à sua importância arquitetónica, técnica/tecnológica, urbana, histórica e social.

Tendo em conta estes fatores, surge em 2005 o Projeto de Estudo e Inventário do Património Industrial de Vila do Conde, levado a cabo pelo Gabinete de Arqueologia Municipal, tendo como preocupação e objetivo imediatos a prospeção exaustiva e identificação dos vestígios ainda existentes, promovendo a conservação e salvaguarda de imóveis e máquinas, apostando na sua valorização e sempre que possível na sua musealização. Ao mesmo tempo, tenta-se garantir que os públicos abrangidos participem sempre que isso for possível em todo o projeto, apoiando ainda a sensibilização para a proteção e a prevenção de eventuais ações de delapidação.

Assim, o trabalho apresentado neste relatório relativo à Arqueologia Industrial tem por base esse projeto desenvolvido em 2005 que adotou a metodologia de seguida descrita. Gostaríamos só de ressalvar o facto da necessidade de adotar critérios de seleção das empresas no que respeita à prioridade da sua inventariação e estudo. Esses critérios assentam, basicamente, na antiguidade do edifício, interesse arquitetónico e iminência de demolição.

Visita às Instalações Industriais e recolha de espólio

Numa primeira fase e após autorização dos proprietários legais foram efetuadas visitas a algumas empresas para uma primeira análise do edificado e verificação do espólio ainda existente. Apenas foi recolhido o espólio doado, conseguindo-se apenas três máquinas de debuxo antigas (da Fábrica de Mindelo) no que respeita a maquinaria. Empresas em laboração, como a Imperial e a Ach Brito também foram alvo de visitas, com o propósito da divulgação do projeto e sensibilização dos responsáveis para a importância da sua empresa na comunidade.

Recolha de arquivos empresariais

Procedeu-se à recolha de dois arquivos empresariais de grandes dimensões provenientes de duas empresas têxteis- Fábrica de Mindelo e Narfil, e do arquivo da Fábrica de Papel do Ave, sendo este de menores dimensões.

Dada a limitação temporal, em virtude de as fábricas se encontrarem a ser desmanteladas, sob o perigo de roubo ou maior destruição da documentação, a referida recolha não foi efetuada da forma mais apropriada, tendo-se procedido à sua sistematização e acondicionamento adequado para que num futuro próximo possam ser entregues ao Arquivo Municipal para adequado tratamento e disponibilização ao público

Registo Fotográfico

Foi efetuado um exaustivo registo fotográfico ao nível geral e de pormenor das instalações fabris e do espólio existente, conseguindo-se ainda registar toda a maquinaria da fábrica Narfil, a qual foi vendida e desmontada logo de seguida.

A par deste trabalho in situ, foram digitalizadas e fotografadas em estúdio diversas películas cedidas temporariamente pelos proprietários.

Registo de Vídeo

Foram realizadas filmagens nas três fábricas acima referidas. Ao mesmo tempo, pesquisouse no arquivo de filmes antigos da câmara municipal a existência de películas sobre a indústria vila-condense, tendo-se encontrado alguns exemplares bastante interessantes. Também foram estabelecidos contactos com familiares de antigos empresários, os quais cederam filmes antigos existentes no seu arquivo particular.

A Cinemateca Portuguesa também possui material fílmico bastante importante para a história de Vila do Conde, cujas cópias já se encontram na posse da Câmara Municipal.

Pesquisa Bibliográfica e Arquivística

Para além da pesquisa de bibliografia geral relacionada com esta temática, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre unidades industriais do concelho noticiadas em periódicos locais e nacionais. Paralelamente foi efetuada uma recolha documental arquivística ao nível do levantamento de todos os processos de licenciamento industrial existentes no Arquivo Municipal. As fotografias de arquivo são outra das fontes utilizadas na investigação.

Tratamento, Conservação e Preservação do Espólio

Tem-se procedido ao tratamento do espólio recolhido no laboratório de conservação e restauro do Gabinete de Arqueologia Municipal, sendo posteriormente devidamente acondicionado, guardado e pronto a ser divulgado.

3.Inventário:

Os valores patrimoniais são cartografados à escala 1/10.000, nas três classes de Património, o Património Arquitetónico, o Arqueológico e o Arqueológico Industrial.

A sua identificação é feita numa listagem por freguesias na qual consta um primeiro número relativo à freguesia e um segundo ao próprio elemento.

No Património Arquitetónico a cada um dos elementos identificados corresponde uma ficha individual onde constam a designação do valor patrimonial, sua localização e classificação atual ou proposta de classificação (em vias de classificação).

Outros dados serão acrescidos à informação de cada um dos elementos inventariados sempre que possível, nomeadamente a época de construção, o seu estado de conservação, propriedade e uso atual, proposta de classificação, observações, e identificação fotográfica.

No que se refere aos vestígios arqueológicos e arqueológicos industriais, serão realizadas igualmente fichas individuais, nas quais cada um dos elementos será identificado cartograficamente, sempre que possível. Destas fichas consta igualmente uma pequena descrição de cada um dos elementos catalogados referentes aos vestígios Arqueológicos e a identificação fotográfica nos vestígios de Arqueologia Industrial.

O inventário das três classes do Património é feito isoladamente em três capítulos que acompanham este Relatório.